



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**POLÍCIA MILITAR E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: um estudo de caso a partir
do Batalhão de Polícia de Choque**

Mayara Roberta Araujo Rocha

Belém-PA

2018

Mayara Roberta Araujo Rocha

**POLÍCIA MILITAR E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: um estudo de caso a partir
do Batalhão de Polícia de Choque**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública.

Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientador: Prof. Wilson José Barp, *Dr.*

Coorientadora: Profa. Fernanda Valli Nummer, *Dra.*

**Belém-PA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

ARAUJO, Mayara

Polícia Militar e Tecnologia da Informação: : um estudo de caso a partir do Batalhão de Polícia de Choque / Mayara ARAUJO. — 2018

81 f. : il. color

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Orientação: Prof. Dr. José Wilson BARP

Coorientação: Profa. Dra. Fernanda Valli Nummer.

1. Boletim de Atendimento Policial Militar. 2. Sistema de Informação. 3. Sistema Integrado de Gestão Policial. 4. Cultura da informação. 5. Burocracia. I. BARP, José Wilson, *orient.* II. Título

**POLÍCIA MILITAR E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: um estudo de caso a partir
do Batalhão de Polícia de Choque**

Mayara Roberta Araujo Rocha

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará.

Belém, _____ de _____ de 2018.

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*
(Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública)

Banca Examinadora

Prof. *Dr.* Wilson José Barp.
Universidade Federal do Pará - PPGSP
Orientador

Profa. *Dra.* Fernanda Valli Nummer
Universidade Federal do Pará - IFCH
Coorientadora

Profa. *Dr.* Daniel Chaves de Brito
Universidade Federal do Pará - PPGCP
Avaliador Externo

Profa. *Msc.* Adrilayne dos Reis Araújo
Universidade Federal do Pará - PPGSP
Avaliadora Interna

Prof. *Dr.* Jaime Luiz Cunha de Souza
Universidade Federal do Pará - PPGGP
Avaliador Suplente

Profa. *Dra.* Ana Rosa Baganha Barp
Universidade Federal do Pará - FAESA
Avaliadora Suplente

Aos meus pais, Ivan Araujo e Aparecida Araujo, por proporcionarem um ambiente físico e psicológico favorável para que esse momento pudesse acontecer, e por todo amor que me foi dedicado durante todos esses anos. Vocês são e sempre serão a base das minhas conquistas.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me presenteado uma família maravilhosa, amigos leais, oportunidades únicas e sabedoria diante de cada escolha.

A meus pais, Ivan Araujo e Aparecida Araujo, por tudo que representam para mim. Nunca serei capaz de agradecer o suficiente ou retribuir o imenso amor, logística e apoio que me propiciaram ao longo desses anos.

Ao meu esposo, Jeferson Artemis, que está ao meu lado dando apoio e provendo todo o necessário para que nossos sonhos possam se concretizar. Igualmente agradeço aos meus irmãos, Maysa, Mônica, Vitória e Roberto Araujo, pela parceria e torcida, e aos meus sobrinhos, Alice e Zion Araujo, que têm papel fundamental em minha vida. Sem vocês certamente minha história não seria a mesma. Obrigada!

Aos meus queridos amigos incentivadores, é impossível citar todos, mas cada um teve um papel fundamental nesse processo, mas devo agradecer principalmente ao Wilson e ao Bruno, que sempre estiveram dispostos a me ajudar durante essa jornada, obrigada por tornarem esse caminho mais feliz por ter vocês ao meu lado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Wilson Barp, todo o meu respeito e admiração por sua trajetória como professor e como pessoa, e por compartilhar uma parte de seu imenso saber comigo ao longo desses meses, plantando sementes que certamente darão bons frutos. Não poderia ter feito escolha melhor para orientador, o sr. é uma inspiração na docência, sua capacidade, paciência e simplicidade são dons que vi poucas vezes na academia. Lhe agradeço imensamente por ter me acompanhado até o fim. Jamais esquecerei sua generosidade para comigo. Muito, muito, muito obrigada por ter estado ao meu lado e por acreditar em mim mesmo quando eu não acreditei. Me sinto extremamente honrada por ser a última orientada de mestrado desse curso que o sr. lutou tanto para concretizar, e por participar, de alguma forma, do encerramento da sua trajetória na UFPA.

A minha coorientadora, Prof. Dra. Fernanda Valli Nummer, que me recebeu de braços abertos, e me presenteou com sua imensa sabedoria sobre a Polícia Militar e trabalhos acadêmicos. Agradeço muito seus conselhos e direcionamentos ao longo dessa pesquisa, agradeço mais ainda seu cuidado, sempre tão presente, para que tudo fosse o mais transparente possível. A sra. me inspirou muito profundamente, obrigada por cada palavra dita e por cada conhecimento repassado. Foi uma honra percorrer esse caminho com uma professora tão distinta.

A todos os policiais do Batalhão de Polícia de Choque do Pará, que participaram direta ou indiretamente desse trabalho, a solicitude com que me receberam foi surpreendente. Em especial aos comandantes do Choque que permitiram a realização dessa pesquisa, e a todos os policiais que se dispuseram a colaborar concedendo um pouco de seu tempo para contribuir com a pesquisa de campo desse trabalho.

Aos meus amigos do mestrado, por tudo que pudemos partilhar enquanto alunos e profissionais, e pela ajuda sempre tão presente. Em especial a minhas companheiras tão importantes durante esse tempo, Michele Souza, Julita Barreto, Regina Lobato e Cintia Walker.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará que, foram marcantes não só para o âmbito acadêmico, mas para a vida. Cada um de vocês deixou um pouco de sua sabedoria, e serviu de inspiração para nós.

Por último e não menos importante, preciso agradecer ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Estado do Pará – IFCH UFPA e ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará por ofertarem esse curso tão significativo, por proporcionarem a oportunidade eu fazer parte desse programa e assim concretizar esse sonho do mestrado.

Agradeço imensamente a todos que de alguma forma contribuíram para essa realização.

“Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala”

(Carlo Ginzburg)

ARAÚJO, Mayara. Polícia Militar e Tecnologia da Informação: um estudo de caso a partir do Batalhão de Polícia de Choque. 2018. 81f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública - PPGSP, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2018.

RESUMO

Este estudo ocupa-se de analisar o processo de implementação do Módulo Boletim de Atendimento Policial Militar do Sistema Integrado de Gestão Policial no Batalhão de Polícia de Choque do Estado do Pará, preocupando-se em apresentar a estrutura de Sistema de Informação, a repercussão da ferramenta entre os policiais, e o impacto na cultura institucional da unidade. A discussão se concentra, portanto, nas condições dos recursos dentro do Sistema de Informação, que precisam ser adequados, bem como nas dificuldades encontradas na inserção de Tecnologia da Informação em ambientes culturalmente burocráticos, visto que novas tecnologias são aliadas da gestão do conhecimento incitadas pela cultura da informação, que pode ser minada pelas contradições existentes no modelo de burocracia. Posto isto, para alcançar os objetivos propostos foi feito um estudo de caso no Batalhão de Polícia de Choque do Pará, com abordagem qualitativa, a partir de observação participativa, análise documental, e conversas informais com policiais. Os resultados da pesquisa apontam o paradoxo entre a eficiência pretendida com a ferramenta e os problemas que a mesma acarretou para a atividade policial devido a estrutura inadequada que foi submetida, igualmente indicam a resistência presente na cultura institucional burocrática desse Batalhão. Sendo possível concluir, que a limitação estrutural que o Sistema de Informação apresenta, em termo de recursos, aliado dificuldade para transição para uma cultura da informação prejudicaram a implementação do Módulo Boletim de Atendimento Policial na unidade, ao passo que a ferramenta é encarada pelos policiais como desencadeadora de acúmulo de registros e atividades, com pouca utilidade prática, com desconfiança sobre a qualidade das informações geradas, somado ao demasiado desinteresse de aprender a manuseá-la, fatores que demonstram a contradição no propósito da ferramenta.

Palavras-chave: Boletim de Atendimento Policial Militar; Sistema de Informação; Sistema Integrado de Gestão Policial; Cultura da informação; Burocracia.

ARAÚJO, Mayara. *Military Police and Information Technology: a case study from the Shock Police Battalion*. 2018. 81f. Dissertation presented to the Postgraduate Program in Public Security - PPGSP, linked to the Institute of Philosophy and Human Sciences - IFCH of the Federal University of Pará - UFPA, Belém, Pará, Brazil, 2018.

ABSTRACT

This study examines the implementation process of the Bulletin of Military Police Assistance of the Integrated Police Management System in the Shock Police Battalion of the State of Pará, focusing on presenting the structure of the Information System, the repercussion of between the police, and the impact on the institutional culture of the unit. The discussion therefore focuses on the conditions of resources within the Information System, which need to be adequate, as well as the difficulties encountered in the insertion of Information Technology in culturally bureaucratic environments, since new technologies are allied to knowledge management prompted by the culture, which can be undermined by the contradictions in the bureaucratic model. Thus, in order to achieve the proposed objectives, a case study was carried out in the Shock Police Battalion of Pará, with a qualitative approach, based on participatory observation, documentary analysis, and informal conversations with police officers. The research results point to the paradox between the efficiency desired with the tool and the problems that it entailed for the police activity due to the inadequate structure that was submitted, also indicate the resistance present in the bureaucratic institutional culture of this Battalion. It is possible to conclude that the structural limitation that the Information System presents, in terms of resources, allied to the difficulty to transition to an information culture, has hampered the implementation of the Police Assistance Bulletin Module in the unit, whereas the tool is seen by the police as a trigger of accumulation of records and activities, with little practical use, with distrust of the quality of the information generated, together with the lack of interest in learning how to manipulate it, factors that demonstrate the contradiction in the purpose of the tool.

Keywords: Military Police Service Bulletin; Information system; Integrated Police Management System; Information culture; Bureaucracy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO 3

ARTIGO CIENTÍFICO 1

Figura 01 – Fluxograma do BAPM no BPChq	48
Figura 02 - Desenho do processo de registro de informação	48
Figura 03 – Janela de pesquisa do SIGPOL	54
Figura 04 – Janela de pesquisa de BAPM no SIGPOL	54

LISTA DE TABELAS

APÊNDICE

APÊNDICE A – Desenho de análise.....	73
---	-----------

ANEXOS

ANEXO A - Modelo de Boletim de Atendimento Policial (BAPM).....	75
ANEXO B - Normas para Submissão de Trabalho Revista Brasileira de Segurança Pública...	77
ANEXO C - Normas para Submissão de Trabalho Revista O Público e o Privado.....	79

LISTA DE SIGLAS

BAPM	Boletim de Atendimento Policial Militar
BG	Boletim Geral
BPChq	Batalhão de Polícia de Choque
CITEL	Centro de Informática e Telecomunicações
CME	Comando de Missões Especiais
PM	Polícia Militar
PA	Pará
PMPA	Polícia Militar do Pará
PPGSP	Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública
PREC	Programa de Redução da Criminalidade
SI	Sistema de Informação
SIGPOL	Sistema Integrado de Gestão Policial
TI	Tecnologia da Informação
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS	13
1.1 INTRODUÇÃO	13
1.2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA	15
1.3 PROBLEMA DA PESQUISA	16
1.4 OBJETIVOS	17
1.4.1 Objetivo Geral.....	17
1.4.2 Objetivos Específicos.....	17
1.5 HIPÓTESE	17
1.6 REVISÃO DE LITERATURA	17
1.7 METODOLOGIA	22
CAPÍTULO 2 - ARTIGO CIENTÍFICO 1	25
MÓDULO BAPM E CULTURA DA INFORMAÇÃO NA PMPA	25
1 INTRODUÇÃO	26
2 MATERIAL E MÉTODOS	27
3 A ESTRUTURA DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO P2	28
4 MÓDULO BAPM E CULTURA DA INFORMAÇÃO	32
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39
ARTIGO CIENTÍFICO 2	42
EVIDÊNCIAS DAS DISFUNÇÕES NA BUROCRACIA: UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO MÓDULO BAPM	42
1 INTRODUÇÃO	43
2 BUROCRACIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	45
2.1 Administração burocrática	45
2.2 A burocracia e suas disfunções no Módulo BAPM	47
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	60
CAPÍTULO 3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	62
4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
4.1.1 Proposta de Intervenção Pública.....	65
4.1.1.1 – Título da Proposta	65

4.1.1.2 – Objetivos da Proposta	65
4.1.1.3 – Órgão com possibilidade de execução da proposta	67
4.1.1.4- Possíveis Resultados	67
4.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 1	68
APÊNDICE	72
APÊNDICE A	73
ANEXOS	74
ANEXO A	75
ANEXO B	77
ANEXO C	79

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos repercutiram nos mais diversos setores da sociedade, ao passo que trouxeram consigo a cultura da informação (KARAM et al., 2016), para Castells (1999) esses avanços em tecnologia são aspectos de um momento histórico onde a base das relações se estabelece através da informação, constituindo, portanto, o que se chama sociedade em rede. No âmbito da Segurança Pública, a arquitetura das relações entre a polícia e informação igualmente sofreu profundas alterações devido a implementação das novas tecnologias em sua atividade administrativa e operacional, o uso das Tecnologias da Informação (TI) na Polícia Militar (PM) é responsável principalmente, segundo Pará (2015a), por melhorar a eficiência no armazenamento, processamento e produção de informações (de qualidade), beneficiar a gestão de conhecimento, e indicar a produtividade da Polícia Militar do Pará (PMPA).

Toda novidade impacta de alguma forma a dinâmica do ambiente onde é inserida, e no caso da implementação de TI para fins gestacionais, as alterações concentram-se no Sistema de Informação (SI) a fim de que possa otimizar a alimentação, fluxo e acesso a informação. Na PMPA, o Sistema Integrado de Gestão Policial (SIGPOL)¹, oficialmente lançado em 2009 (PINHEIRO, 2016), gerou notáveis avanços relacionados a integração de base de dados, acesso a documentos, e na proposta de gestão baseada em conhecimento. Por isso, desde a implementação o SIGPOL vem sendo atualizado com frequência para aprimorar a alimentação e armazenamento de dados, já que um dos intuitos do SIGPOL é servir como base de dados para alimentação do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal da Secretaria Nacional de Segurança Pública auxiliando assim no mapeamento estatístico de violência e criminalidade do país (PARÁ, 2015a).

O Módulo Boletim de Atendimento Policial Militar (BAPM), é uma ferramenta do SIGPOL, que assim como outras ferramentas desse sistema acarreta algumas dificuldades no cotidiano do SI dos Batalhões da PMPA, a resistência por parte dos policiais é o primeiro deles, que de acordo com Souza (2016) tradicionalmente os setores militares são resistentes a quaisquer mudanças, em especial as ligadas à tecnologia. O fato, é que problemas envolvendo

¹ Sistema responsável por reunir todas as informações uteis para o gerenciamento de todos os setores da PMPA de modo integrado, incluindo gerenciamento de pessoal e logística, tramites de documentos na administração, registro de ocorrência, controle e produção de estatísticas, georeferenciamento de viaturas em tempo real, consulta e feitura de escalas, e criação de indicadores de produtividade.

a coleta de dados a partir do BAPM físico² e, por conseguinte a alimentação do BAPM digital fatalmente refletem nas estatísticas provenientes desses dados, que tem por objetivos central: “servir como referência para a gestão de recursos humanos e materiais em pregados no policiamento ostensivo” (PARÁ, 2015a, p.11). Visto que, em uma sociedade em rede, informação é um objeto de poder (CASTELLS, 1999), e, portanto, ocupa papel fundamental dentro de qualquer instituição que deseje beneficiar a gestão. No entanto, aspectos como a burocracia são capazes de inverter a lógica proposta pelas novas tecnologias em um SI, já que de acordo com Merton (1970) existem disfunções dentro do modelo de gestão burocrático que prejudicam a eficiência a partir da racionalização, igualmente Tenório (1981) afirma que a cultura institucional baseada em burocracia dos órgãos públicos historicamente recaiu nas contradições que envolvem esse modelo.

No Pará, todos os Batalhões passaram pelo período de adaptação ao SIGPOL em sua atividade laboral, e as unidades que não produziam rotineiramente BAPM (ANEXO A) - embora desde 2012 seja obrigatório que toda e qualquer ação policial seja registrada nesse documento (PARÁ, 2015a) - tiveram maior dificuldade para se adaptar à nova realidade. O Batalhão de Polícia de Choque (BPChq) passou a lidar efetivamente com o Módulo BAPM a partir de 2016, quando passou a integrar o Rádio patrulhamento Tático Motorizado, que é todo policiamento ostensivo comum onde há o binômio homem e rádio atuando preventiva e/ou repressivamente. Logo, observar de perto o período de implementação do Módulo BAPM em uma unidade como o BPChq, integrante do Comando de Missões Especiais (CME) do Estado, possibilitou descrever, discutir e analisar como se deu o processo adaptação da cultura da informação aliada a TI nessa unidade culturalmente burocrática, portanto, resistente a mudança.

Vale ressaltar que o BPChq só começou a utilizar o SIGPOL -- em 2014, mas não alimentava o Módulo BAPM até 2016, ano em que a rotina laboral dos policiais do BPChq foi alterada devido a implementação dessa ferramenta de TI. Sobre isso, Oliveira et al. (2016) aponta que, infelizmente, mesmo diante de um novo cenário, encontra-se a antiga realidade em aparato tecnológico disponível, o que fatalmente evidencia as limitações de um SI. Por este motivo, se faz necessário estudar as nuances da implementação do Módulo BAPM, como expressão de TI e cultura da informação na PMPA, ao analisar como se deu a implementação desse ferramenta, observando os aspectos estruturais (como os dados são coletados, como se dá

² O BAPM físico é o documento em papel, que deve ser preenchido em toda e qualquer ação durante seu turno de serviço, podendo variar de uma simples abordagem de rotina até ocorrências mais graves como homicídios e sequestros. No entanto, no caso do BPChq o BAPM físico só era preenchido quando durante as ações de Rádio patrulhamento Tático Motorizado, por isso sua adaptação a ferramenta, comparado a outras unidades, foi tardia.

a alimentação do sistema, como as informações são produzidas na ferramenta, entre outros), e os aspectos culturais que dificultam o processo (resistência e contradições).

Para a realização desta pesquisa, foi feito um estudo de caso no BPChq, com coleta de dados a partir de análise documental, observação participante, e conversas informais com os policiais ligados ao SI do BPChq, a fim de analisar o processo de implementação de TI no SI da 2ª Seção (P2)³ dessa unidade, com ênfase ao Módulo BAPM do SIGPOL, que faz parte da iniciativa de implementação de novas tecnologias na atividade policial do Estado.

Sendo assim, a dissertação está dividida em 04 (quatro) capítulos. O primeiro capítulo versa sobre as considerações gerais do trabalho (introdução, justificativa, problema da pesquisa, objetivos, hipótese, revisão de literatura e da metodologia). O segundo capítulo é composto por 02 (dois) artigos científicos, o primeiro é intitulado “**MÓDULO BAPM E CULTURA DA INFORMAÇÃO NA PMPA**”, que analisa a implementação do Módulo BAPM no BPChq a partir de sua estrutura de SI e repercussão da cultura da informação aliada a TI, e o segundo artigo intitula-se “**EVIDÊNCIAS DAS DISFUNÇÕES NA BUROCRACIA: UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO MÓDULO BAPM**”, que se ocupa de analisar o BPChq como organização burocrática, com ênfase nos elementos da burocracia observados no Módulo BAPM que apresentam disfunções burocráticas, em razão dos problemas identificados impactarem diretamente seu SI e a atividade policial ligada ao mesmo. O último capítulo ocupa-se das considerações finais, evidenciando os principais resultados do trabalho; vislumbrando possíveis intervenções por parte do Poder Público; e recomendando trabalhos futuros a pesquisadores da área, devido à complexidade da temática, a qual essa dissertação desbravou uma pequena parte. Por último há as referências bibliográficas da pesquisa.

1.2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA

A temática da pesquisa foi escolhida devido a TI estar atrelada a cultura da informação, ambas sendo grandes aliadas da gestão desde o final do século XX (CALTELLS, 1999), que para isso necessita de um SI bem estruturado e com todos os recursos funcionando em harmonia, para alcançar a eficiência e eficácia (LAUDON; LAUDON, 1999). Porém, o modelo burocrático, ao qual as instituições policiais se assentam, dificultam a adesão a mudanças (SOUZA, 2016), em conjunto com as contradições (TENÓRIO, 1981) e disfunções (MERTON,

³ O P2 é responsável pela parte de estatística, correcional e inteligência do Batalhão, sendo a seção responsável por arquivar os BAPMs físicos e alimentar o Módulo BAPM no SIGPOL.

1970) desse modelo, que adicionado as dificuldades estruturais de SI acabam por tornar o processo de transição para uma cultura da informação bastante complexo.

Isto posto, é a repercussão que a inserção de TI teve no SI da PMPA que essa pesquisa busca explorar, ao se propor a estudar o BPChq, uma vez que essa unidade produzia uma quantidade muito ínfima de BAPM, e a partir de 2016, ao ser integrado ao Rádio patrulhamento, passou a produzir tanto BAPM físico como alimentar o Módulo BAPM no SIGPOL, alterando, portanto, a dinâmica no P2 dessa unidade.

Nesse sentido é necessário destacar, que quando se discute a inserção de TI na PMPA, em geral é a partir de estatísticas e banco de dados da polícia, com número já prontos, ou seja, quantitativamente, com informações geradas a partir de um determinado sistema, e essa discussão precisa ser ampliada também para abordagem qualitativa, mesmo tratando-se de um banco de dados. No caso do Módulo BAPM, que visa melhorar a coleta de dados, alimentação do sistema, armazenamento, acesso a informação, relatórios estatísticos, etc., será possível analisar como se deu a implementação da ferramenta, observando os aspectos estruturais (como os dados são coletados, como se dá a alimentação do sistema, como as informações são produzidas na ferramenta, entre outros), e os aspectos culturais que dificultam o processo (resistência e contradições).

De modo que, os resultados obtidos por meio dessa pesquisa permitirão aprofundar os conhecimentos tanto sobre a estrutura de SI do BPChq (em recursos humanos, materiais e lógicos), como sobre os problemas evidenciados com a implementação do Módulo BAPM nessa unidade. O que possibilitará traçar estratégias que possam mitigar as dificuldades identificadas, e com isso melhorar a eficiência e eficácia do SI desse Batalhão. No que diz respeito as reflexões que esse trabalho levantará, a finalidade está em impulsionar a realização de outras pesquisas dentro dessa temática, servindo de subsídio para aprimoramentos e mudanças no processo que envolvam SI aliado a TI na atividade policial, bem como deixar sua contribuição tanto para a academia quanto para o setor de Segurança Pública.

1.3 PROBLEMA DA PESQUISA

Dessa maneira, devido a sabida dificuldade da inserção de TI nas atividades policiais devido as resistências a mudanças e ao impacto que causam em seu SI (SOUZA, 2016), é feito o seguinte questionamento: **como a Batalhão de Polícia de Choque do Pará está adequando seu Sistema de Informação às novas Tecnologias da Informação, especialmente ao Módulo Boletim de Atendimento Policial Militar do Sistema Integrado de Gestão Policial?**

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar o processo de implementação de TI no SI do BPChq da PMPA, com ênfase no Módulo BAPM do SIGPOL.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Descrever a estrutura de SI do BPChq durante implementação do Módulo BAPM.
- Discutir a repercussão do Módulo BAPM enquanto gerador de cultura da informação no SI do BPChq.
- Analisar o impacto do Módulo BAPM na cultura institucional burocrática do BPChq.

1.5 HIPÓTESE

A implementação do Módulo BAPM, associado a cultura da informação, impacta a atividade policial e gera dificuldades de adaptação, devido a estrutura de SI ainda ser pouco adequada para que seja beneficiado plenamente pela TI, bem como devido à resistência por parte dos policiais às mudanças oriundas desse processo, fatores que prejudicam o potencial da ferramenta em termos de gestão do conhecimento, eficiência e eficácia.

1.6 REVISÃO DE LITERATURA

Para discutir a temática proposta por esse estudo, será necessário um aporte teórico voltado para compreensão dos elementos que a permeiam. Sendo assim, para contextualizar a importância da tecnologia para a modernidade, Castells (1999) aponta que a partir de 1970, surge um novo modo de desenvolvimento sustentado pelas tecnologias informacionais, onde a fonte de produtividade é a própria tecnologia de geração de conhecimento, processamento de informação e comunicação de símbolos, portanto, a revolução articulada pelo paradigma da TI possibilitou uma “sociedade em rede”, que tem sua lógica em sua estrutura básica de redes⁴ Essas sociedades em rede, “agruparam-se em torno de redes de empresas, organizações e instituições para formar um novo paradigma sociotécnico”, também dentro do chamado novo

⁴ O autor conceitua redes como estruturas que podem expandir ilimitadamente, que podem integrar novos nós a medida em que sejam capazes de comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que partilhem códigos de comunicação iguais. Ver: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

paradigma, a informação⁵ é a matéria-prima, e as novas tecnologias se fazem presente em todas as atividades humanas, toda a lógica de rede passa a se valer das novas tecnologias, há reorganização e flexibilização nos processos de SI, e se busca a integração e interdependência dos fatores biológicos e microeletrônica (CASTELLS, 1999), logo, esse conceito se faz necessário para essa pesquisa.

Ainda nessa perspectiva, Marchand (1997) aponta que desse movimento surge uma cultura da informação, que corresponde a um conjunto de valores, atitudes e comportamentos que influenciam na forma como os integrantes de uma organização, avaliam, aprendem, recolhem, organizam, processam, comunicam e utilizam a informação. Em vista disso, para discutir a gestão do conhecimento em Segurança Pública, Paula (2013) e Lima (2005) contribuem com pesquisa ao discutirem as possibilidades contidas na orientação das polícias que se pautam na prevenção e resolução de problemas com precisão e eficácia a partir da inserção de tecnologia, e afirmam que o planejamento e as ações de Segurança Pública necessitam da TI para se aprimorar.

Os conhecimentos de Valentin (2008) sobre gestão do conhecimento são utilizados para fazer a relação entre conhecimento e administração. Ao passo que Laudon e Laudon (1999) são responsáveis por fornecer o conceito de SI, que para os autores é um conjunto de componentes inter-relacionados que coleta (ou recupera), processa, armazena e distribui informações destinadas a fundamentar a tomada de decisões e o controle em uma organização.

Santos et al. (2009), que explana sobre a forma que no campo gestacional a TI tem proporcionado imensas alterações, tanto nos setores públicos quanto nos privados, e que, portanto, a PM não deve ficar a reboque da “revolução tecnológica” e seus benefícios para o serviço operacional, dando a esse estudo elementos para discutir a implementação de TI nessa instituição. Nesse sentido, é trivial compreender a estrutura na tecnologia que será empregada, ou seja, levar em consideração as necessidades do ambiente organizacional onde será implementada, nesse seara, Manning (2003) e Batista (2012) servirão de aporte para discutir a forte cultura organizacional dentro do trabalho policial, uma vez que entendem que quando há investimento em TI na polícia grandes alterações e transformações são promovidas, aliadas a contradições e conflitos, fatores que vão permitir que a tecnologia de certo modo “molde” o

⁵ Informação caracteriza-se por conjuntos de dados organizados de forma a terem significado e utilidade a seres humanos em processos de análise de problemas e tomada de decisões. Ver LAUDON, K. C., LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação: com internet**. Trad. Dalton Conde de Alencar. 4. ed., Rio de Janeiro: LTC, 1999.

ambiente, a estrutura e a cultura na polícia, tal como que o acesso a informação pública tem o poder de afetar alguns elementos do ambiente, e até reconfigurar a estrutura social.

Beato Filho (2008) será utilizado para discutir a dificuldade na obtenção de bases de dados de qualidade com relação a informações sobre criminalidade e violência, que possam servir para avaliar o desempenho das Políticas Públicas, pois para esse autor na prática as informações criminais advindas dos registros oficiais são comumente precárias, mal sistematizadas, pouco divulgadas e até escassas no que tange a criminalidade e violência no cenário brasileiro. Castro et al (2003) explana sobre a necessidade de se qualificar o tratamento dos dados e informações em Segurança Pública, bem como salienta que a qualidade das bases de dados policiais é pequena, havendo poucos de estudos que se dediquem a apontar e quantificar deficiências e falhas do sistema dessa instituição, e Senra (1998;2000) , Lima (2005) e Adorno (1988) auxiliarão a pesquisa no que tange as estatísticas criminais, Musumeci (2007), Azevedo et al. (2011) e Azevedo (2012) serão utilizados para discutir a importância dessas estatísticas para polícia, suas limitações devido a desconfiança e falta de qualidade de dados. Foucault (2006) e Senra (1998) fornecem a base para abordar a informação, principalmente a estatística, como saber e poder, sendo ambos disseminados pelas tecnologias.

Diversos estudos (FLEURY, 1988; AKTOUF, 1993; MANNING, 2003) sugerem que existem alguns entraves no que tange o uso de TI, e obstáculos significativos nas tentativas de mudança em ambiente organizacionais por interferirem diretamente nas relações de poder. Dentro da polícia, Manning (2003) ressalta a ausência de treinamento, medo e resistência policial como principais fatores de atrapalho para TI. Oliveira Neto (2005) destaca as carências e limitações da informatização no SI da PMPA como fatores complicadores, e Souza (2016) afirma que os impactos da tecnologia particularmente na atividade policial, tradicionalmente resistente a mudanças, dificultam significativamente a inserção de novidades que alterem sua cultura institucional, como é o caso da TI. A contribuição de Pereira et al. (2006) assenta-se na discussão que o autor propõe sobre a tendência de resistir a inserção de novas tecnologias devido ao temor de mudanças nas estruturas de poder.

Para analisar o SIGPOL, Pinheiro (2016) e Pará (2015b) servirão de base, e Pará (2015a) para discutir especificamente o Módulo BAPM, que é uma ferramenta desse sistema. Já que na PMPA, o SIGPOL é a maior expressão de TI, sendo um sistema computacional que visa a integração de banco de dados, e é a manifestação mais evidente da inserção das novas tecnologias nesse segmento. O SIGPOL tem vários níveis de usuários (PARÁ, 2012) e desde sua homologação vem sendo constantemente atualizado. O Módulo BAPM passou a ser parte

indispensável do SI de qualquer Batalhão, é onde o policial militar deve registrar toda a ação durante o turno de serviço, bem como tornou-se um indicador de produtividade da PMPA, ao pretensamente gerar estatísticas importantes para o planejamento de operações, além de possibilitar a geração de informações variadas sobre os atendimentos feitos pela Polícia Militar, criar relatórios para análise e estudos, e de propiciar o cruzamento dos dados gerando conhecimento (PARÁ, 2015a).

Embora o Módulo BAPM tenha sido idealizado com o intuito de fornecer dados de qualidade sobre a atividade policial, a coleta e alimentação desse sistema estão atreladas a um longo processo de SI que precisa estar, segundo Laudon e Laudon (1999), devidamente em sincronia para que seu objetivo seja alcançado. Nesse sentido há ainda a interferência da cultura institucional extremamente burocrática, que deve ser levada em consideração, visto que a transição para uma cultura da informação aliada a TI certamente repercute em um SI nessas condições.

Vale ressaltar que a falta de modernização tecnológica das instituições policiais não está relacionada apenas a cultura institucional, mas também a carência de investimento direcionado para recursos humanos, recursos materiais e recursos lógicos. Por isso, a contribuição de Bengochea et al. (2004) se assenta na discussão a respeito reestruturar os processos internos das instituições policiais, e na necessidade de ampliação de investimentos na área, principalmente em qualificação profissional, já que segundo esse autor, somente uma pequena parcela de policiais que dominam as tecnologias de informação mais sofisticadas. Sobre isso, em decorrência de uma superficial reforma nas instituições policiais, mesmo durante o período de redemocratização do país, as instituições policiais não migraram para o novo contexto social e político, arrastando concepções tradicionais com relação ao conceito de instituição policial e o papel do policial na sociedade (SOUZA; REIS, 2013).

Para discutir o papel da burocracia diante da implementação do Módulo BAPM, é preciso recorrer a Weber (1991), que compreende que a burocracia moderna se apresenta como uma forma de dominação legítima, na qual todas as organizações, tanto públicas quanto privadas estão fadadas, uma vez que para o autor a burocracia e a burocratização são processos inexoráveis e crescentes ao sistema administrativo de toda ordem, portanto, a burocracia é a condição sem a qual não se pode existir enquanto uma nação, já que se apresenta como indispensável para o funcionamento do Estado, para gestão pública e particular. Para analisar as contradições existentes nesse modelo burocrático a pesquisa se debruça em Tenório (1981), que afirma que a burocracia por si só é um lugar de contradições, Merton (1970) que explora

as disfunções burocráticas, alegando que as características da burocracia ao esbararem em fatores que desvirtuem suas regras, acabam por condenar a organização a escravidão de suas próprias normas, e define fatores como internalização das regras e apego aos regulamentos, excesso de formalismo e de papelório, resistência, despersonalização do relacionamento, categorização como base do processo decisório, e conformidade de rotinas e procedimentos, como características de disfunções dentro do modelo burocrático. De forma similar, Maximiano (2000, p. 97) critica a rigidez do conceito de burocracia tipo ideal de gestão.

No Brasil o sistema político está alinhado com o modelo burocrático de Weber (1991), sendo um sistema considerado ideal para a regulamentação do Estado, mas, no entanto, a própria burocracia faz com que muitos dos processos administrativos públicos sejam comprometidos. Isso deve-se ao contexto no qual o Estado brasileiro está inserido, onde encontra-se importantes transformações na estrutura e na forma como a sociedade está organizada. Pode-se inferir que a burocratização no Brasil surge com a complexidade que as novas funções administrativas que os órgãos trouxeram, portanto, para trabalhar as nuances da administração Maximiano (2008) servirá de aporte teórico. A burocracia, por assim dizer, torna-se um importante instrumento de poder e administração dentro dos mais distintos tipos de instituições (QUEIROZ, 2004).

Desse modo, a instituição escolhida como *locus* da pesquisa foi o BPCChq devido suas peculiaridades enquanto unidade, e a possibilidade de se observar a transição de uma cultura extremamente burocrática para uma cultura da informação a partir da implementação do Módulo BAPM, sobre esse aspecto Beato Filho (2001) assegura existem diversos fatores de resistência, no que tange as mudanças de uma polícia voltada para força, para uma que se respalda no conhecimento científico e tecnológico.

Se faz importante esclarecer que o BPCChq é composto por 4 seções com funções distintas e complementares, sendo estas: 1º seção (P1)⁶, 2º seção (P2), 3º seção (P3)⁷ e 4º seção (P4)⁸. O P2 é a seção incumbida de alimentar o Módulo BAPM no SIGPOL, pois é responsável pela parte de estatística, correção e inteligência⁹ do Batalhão, sendo essa a seção que sofreu diretamente o impacto da implementação do Módulo BAPM. Há de se destacar que com a entrada do BPCChq no Radiopatrulhamento o número de BAPM aumentou consideravelmente, assim como os problemas dentro de seu SI.

⁶ P1 é uma espécie de RH do Batalhão, cuida de tudo que diz respeito a pessoal, efetivo e escala de serviço.

⁷ P3 é incumbido da instrução, capacitação e ordem de serviço.

⁸ P4 é responsável pela logística do Batalhão, cuidado da: tesouraria, almoxarifado, motomecanização e reserva de armamento.

⁹ Previsto no § 3º do Art. 27A, PARÁ. Lei de Organização Básica -LOB da PMPA, 2014.

As bases de informações são na prática os SIs que constituem um conjunto de componentes inter-relacionados que visam em conjunto auxiliar a gestão pública na tomada de decisão. As estatísticas podem assistir muito bem um SI, desde que o banco de dados seja de qualidade, cumprindo sua função – principalmente de armazenar e transmitir dados para pessoas que estejam aptas a interpretá-los e transformá-los em informação útil (AZEVEDO, 2012). E nesse sentido, o potencial contido no SIGPOL é inegável, ao propor novas possibilidades de gestão informacional baseada em um SI integrado com acesso fluido e estatísticas relacionadas a criminalidade.

Destarte, a produção de BAPM físico e a alimentação do Módulo BAPM no SIGPOL impactaram o SI do BPChq, que devido a sua cultura institucional ser altamente burocrática causa natural resistência a mudanças, ao mesmo passo que as contradições e disfunções desse modelo somado a carência estrutural em seu SI contribuem para que a transição para uma cultura da informação seja dificultada nessas condições.

1.7 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ocupando-se do “como”, que de acordo com Granger (1982) têm por características: descrever, compreender e explicar determinados fenômenos, e de acordo com Minayo e Sanches (1993) para ser considerada como qualitativa a pesquisa deve promover a fundamental aproximação entre o sujeito e o objeto, já que ambas são de naturezas diferentes. Essa abordagem foi considerada mais adequada a pesquisa, pois, segundo Chizzotti (2011), a qualitativa avalia o objeto como não sendo um dado neutro, compreendendo os elementos que o influenciam, e, portanto, permitindo ao pesquisador interpretá-lo.

A pesquisa foi realizada, com a devida autorização de seu comando, no BPChq da PMPA, localizado em um prédio na Av. Engenheiro Fernando Guilhon, s/n, bairro da Cremação na cidade de Belém, no Estado do Pará. Por se tratar de um Estudo de Caso, houve observação das atividades desempenhadas dentro do Batalhão, mas especificamente o foco esteve no trabalho administrativo desempenhado na 2º seção (P2) da unidade.

Para atingir os objetivos propostos, foi feito um Estudo de Caso (Yin; 2001) no BPChq da PMPA com observação participativa de 10 meses (entre agosto de 2016 a junho de 2017), que permitiu observar as minúcias do processo de adaptação do SI do P2 ao Módulo BAPM do SIGPOL e a transição para a cultura da informação, o Estudo de Caso foi a escolha da pesquisa devido sua característica, segundo YIN (2001), de responder ao “como”, e permitir a utilização

de diversas técnicas de coleta de dados. Destaca-se que as visitas ao BPChq eram intercaladas e previamente agendadas conforme disponibilidade do comandante responsável por auxiliar o andamento da pesquisa. Todo processo observado foi devidamente registrado em diário de campo.

Sobre a observação em campo, a interação se deu com policiais envolvidos diretamente no SI do BPChq, em especial com os que lidam com o Módulo BAPM, a fim de compreender como passou a funcionar o SI após a implantação dessa ferramenta que alterou a dinâmica dessa seção. Também sendo descrito o recurso material e lógico que o P2 possui e os processos que integram a coleta de dados e alimentação de seu SI.

A pesquisa aglutinou mais de uma técnica de coleta de dados. As ferramentas de coleta de dados foram a de técnica documental (BAPMs relatórios, circulares, planilhas, livros de registro, entre outros), conversas informais com os policiais (oficiais e praças, homens e mulheres) que trabalharam no P2 entre 2014 e 2017 e em períodos anteriores, e conversas informais com outros policiais do Batalhão para levantamento de dados, sendo tudo devidamente registrado em diário de campo. A análise bibliográfica fornece o aporte teórico para as discussões promovidas na pesquisa.

Os documentos analisados (relatórios, circulares, planilhas, BAPM, e livros de registro da unidade) são referentes as atividades do Batalhão, em especial os que são de competência do P2, que é a seção responsável pela documentação do BPChq, e aliado as conversas informais possibilitaram a compreensão das dificuldades (coleta de dados e alimentação do sistema) na implementação do Módulo BAPM no SIGPOL. As conversas ocorreram com roteiros pré-estabelecidos de acordo com as informações necessárias para responder ao problema de pesquisa, onde segundo Lakatos e Marconi (2003, p.197) “[...] é uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal”.

As falas visam humanizar o trabalho, no sentido de trazer para a pesquisa informações qualitativas a respeito da adequação da implementação da TI no SI do BPChq, sendo esta mais complexa que aparenta, portanto, as falas dos profissionais que coletam e alimentam esse SI do Batalhão são importantes para alcançar os objetivos da pesquisa. A pretensão da fase da coleta de dados a partir de um Estudo de Caso é obter elementos que fundamentem a análise e discussão do problema de pesquisa. De acordo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2001) as falas contém dentre outras coisas, valores, sentimentos, e comportamentos que não são notados a primeira vista e que portanto necessitam ser relevados.

Sobre os policiais envolvidos na pesquisa, intencionalmente foram escolhidos aqueles que passaram pelo processo de implementação do Módulo BAPM do SIGPOL no Batalhão que alterou significativamente a dinâmica do SI do BPChq. Os policiais que já não atuam no BPChq, foram contatados e convidados a participar da pesquisa no ambiente.

Destaca-se que todos os policiais participantes foram esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa, e lhe foi garantido, quando solicitado, conversa individual e em local propício. Valendo-se de gravações em áudio e/ou anotações literais, em alguns casos, das falas para assegurar a fidelidade das mesmas, e com isso conferindo a credibilidade necessária a metodologia escolhida. Para salvaguardar a identidade dos participantes da pesquisa, os mesmos foram classificados de acordo com suas patentes em dois grupos, o primeiro composto por policiais praças e o outro por policiais oficiais, e foram utilizados nomes fictícios¹⁰ para referir-se aos mesmos. Por fim, destaca-se que informações que possam identificar os policiais envolvidos na pesquisa não serão, em hipótese alguma, publicados durante ou após a pesquisa, sendo resguardado o sigilo.

¹⁰ Foram escolhidos nomes estrangeiros para representar os policiais participantes da pesquisa que tiveram fala/opinião mencionada na pesquisa. O critério utilizado para escolha dos nomes fictícios foi não haver nenhuma coincidência com nomes de policiais que trabalham/trabalharam no BPChq nos últimos 10 anos.

CAPÍTULO 2 - ARTIGO CIENTÍFICO 1

MÓDULO BAPM E CULTURA DA INFORMAÇÃO NA PMPA

ARAUJO, Mayara¹¹
BARP, Wilson José¹²
NUMMER, Fernanda Valli¹³

RESUMO

O presente trabalho ocupa-se de analisar a implementação do Módulo Boletim de Atendimento Policial Militar no Sistema de Informação do Batalhão de Polícia de Choque, advindo da necessidade de adequar-se à cultura da informação, tal como a repercussão que essa ferramenta teve nessa unidade. No Pará, o Módulo Boletim de Atendimento Policial Militar é onde toda a ação da Polícia Militar deve ser registrada, a fim de servir de indicadores de produtividade, bem como gerar relatórios estatísticos criminais importantes para gestão operacional baseada em informação. Dentro do Batalhão de Polícia de Choque, a transição para a cultura da informação aliada a Tecnologia da Informação se torna mais complexa devido à pouca familiaridade com os processos que envolvem essa ferramenta, e que alterou significativamente a atividade laboral dos policiais envolvidos no Sistema de Informação. Portanto, para alcançar o objetivo proposto, foi feita uma pesquisa qualitativa, a partir de um Estudo de Caso, com observação participativa, análise documental e conversas informais com os policiais. Os resultados apontam a contradição na eficácia e eficiência pretendida com essa ferramenta devido aos problemas na estrutura que o Sistema de informação possui em termos de recursos humanos, recursos materiais, recursos lógicos e processos, bem como da resistência quanto a inserção de novas tecnologias. Conclui-se, portanto, que o objetivo dessa ferramenta tecnológica não cumpre efetivamente seu objetivo devido aos problemas estruturais em seu Sistema de Informação.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema de Informação. Tecnologia da Informação. Cultura da informação.

ABSTRACT

The present work is concerned with analyzing the implementation of the Bulletin Module for Military Police Assistance in the Information System of the Shock Police Battalion, arising from the need to adapt to the information culture, as well as the repercussion that this tool had on this unit. In Pará, the Military Police Service Bulletin Module is where all military police action must be registered in order to serve as indicators of productivity, as well as generate important criminal statistics reports for operational management based on information. Within the Shock Police Battalion, the transition to information culture allied to Information Technology becomes more complex due to the lack of familiarity with the processes that involve this tool, and that has significantly altered the work activity of the police officers involved in the Information System. Therefore, in order to reach the proposed objective, a qualitative research was done, based on a Case Study, with participatory observation, documentary analysis and informal conversations with the police. The results point to the

¹¹ Mestranda em Segurança Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

¹² Doutor em Ciências Sociais, professor do PPGSP, da UFPA. E-mail: <wilsonbarp@gmail.com>

¹³ Doutora em Antropologia Social, professora do PPGSA, da UFPA. E-mail: <fernandanummer@gmail.com>

contradiction in the effectiveness and efficiency intended with this tool due to the problems in the structure that the Information System has in terms of human resources, material resources, logical resources and processes, as well as the resistance regarding the insertion of new technologies. It is concluded, therefore, that the objective of this technological tool does not effectively fulfill its objective due to the structural problems in its Information System.

KEYWORDS: Information system. Information Technology. Information culture.

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia tem fornecido, dentre outras coisas, novas e eficientes formas de controle baseado em informação, para Laudon e Laudon (1999) informação é caracteriza-se por conjuntos de dados organizados de forma a terem significado e utilidade a seres humanos em processos de análise de problemas e tomada de decisões, e a gestão tem se valido cada vez mais de informações para tomada de decisão. Nesse contexto há uma cultura da informação, que segundo Marchand (1997), corresponde a um conjunto de valores, atitudes e comportamentos que influenciam na forma como os integrantes de uma organização, avaliam, aprendem, recolhem, organizam, processam, comunicam e utilizam a informação. Essa cultura da informação é possibilitada de acordo com Castells (1999) pela sociedade em rede, e para Senra (1998) tem modificado drasticamente o papel da informação nos diversos setores da sociedade, tornando-a objeto de saber e principalmente de poder. Nesse sentido, Foucault (2010, p.30) afirma que “o poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”.

No âmbito da Segurança Pública, as relações entre polícia, Estado e sociedade foram igualmente impactadas por essa cultura da informação e os avanços da Tecnologia da Informação (TI), destaca-se que é considerada informação, de acordo com Laudon e Laudon (1999) o conjunto de dados organizados de forma a terem significado e utilidade a seres humanos em processos de análise de problemas e tomada de decisões. Para se adequar a essa nova realidade, surge o Sistema Integrado de Gestão Policial (SIGPOL) em 2009 (PINHEIRO, 2009), como grande representante de TI na PMPA, que visa integrar as bases de dados e nortear desse modo a gestão pautando-se em informação, como iniciativa de expandir a cultura da informação dentro das corporações policiais e com isso ampliar o poder sobre a produtividade da PM e emprego de recursos humanos e materiais.

A transição para uma cultura de informação aliada a TI no Batalhão de Polícia de Choque (BPChq) teve repercussões ainda pouco discutidas. Desataca-se que esse cenário se intensifica, pois, aliado a urgência da gestão policial baseada em informações, cria-se uma nova

dinâmica na atividade laboral da polícia devido a demanda do Módulo Boletim de Atendimento Policial Militar (BAPM), em especial no setor administrativo responsável pela alimentação dessa ferramenta. Soma-se a situação, o fato do BPChq ser uma unidade de Missões Especiais de 3º esforço (último esforço) que foi inserida no Radiopatrulhamento Tático Motorizado¹⁴ em 2016, e assim a produção de BAPM aumentou consideravelmente no Batalhão, bem como os problemas no Sistema de Informação (SI) da 2ª seção (P2), que mesmo com a promessa de eficiência e eficácia a partir da TI, enfrentou dificuldades para adequar-se ao Módulo BAPM que, dentre outras coisas, objetiva, auxiliar a gestão quanto ao emprego de recursos operacionais e materiais, e indicar produtividade da PMPA. Dito isto, essa pesquisa objetiva analisar a implementação do Módulo BAPM no BPChq, observando sua estrutura de SI, tal como a repercussão que essa ferramenta teve nessa unidade devido a cultura da informação ao teve de se adequar.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa é de natureza qualitativa, e para atingir os objetivos propostos foi feito um Estudo de Caso no BPChq da PMPA com observação participativa de 10 meses (entre agosto de 2016 a junho de 2017), o que permitiu observar as minúcias do processo de adaptação do SI do P2 ao Módulo BAPM e por consequência sua transição para a cultura da informação. As visitas ao BPChq foram intercaladas e previamente agendadas conforme disponibilidade do comandante responsável por auxiliar a pesquisa. Todo processo observado foi devidamente registrado em diário de campo. A observação em campo se limitou a interação dos policiais envolvidos no SI do BPChq, em especial os policiais do P2, a fim de compreender como passou a funcionar o SI após a implantação do Módulo BAPM que alterou a dinâmica dessa seção. Também sendo observado os recursos (humano, material e lógico) que o P2 possui, bem como e os processos que integram a alimentação de seu SI a partir dessa ferramenta.

A pesquisa aglutinou mais de uma técnica de coleta de dados. As ferramentas de coleta de dados foram a de técnica documental (BAPM, relatórios, circulares, planilhas, livros de registro, entre outros), conversas informais com os policiais (oficiais e praças, homens e mulheres) que trabalharam no P2 entre 2014 e 2017 e em períodos anteriores, e conversas informais com outros policiais do Batalhão para levantamento de dados, sendo tudo devidamente registrado em diário de campo. Destaca-se que para salvaguardar a identidade dos

¹⁴ É todo policiamento ostensivo comum onde há o binômio homem e rádio atuando preventiva e/ou repressivamente, e quando passou a integra-lo consequentemente passou a lidar com o BAPM físico e digital.

participantes são utilizados nomes fictícios, e os mesmos foram classificados de acordo com suas patentes em dois grupos: o primeiro composto por policiais praças e o outro por policiais oficiais.

3 A ESTRUTURA DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO P2

O BPChq, integrante das Missões Especiais da PMPA, tem sua gênese em 1992 em (PARÁ, 2014), e desde então possuía um SI artesanal e com pouca tecnologia envolvida, o que muda gradativamente a partir da alimentação do SIGPOL em 2014. Em 2016, com o BPChq integrando Rádiopatrulhamento da PMPA¹⁵, surge também a demanda do Módulo BAPM, que exigiu mais adequações no SI do P2 e, portanto, em sua dinâmica administrativa.

O P2 é a seção responsável pela estatística do Batalhão, por isso foi onde essa pesquisa se concentrou. No que diz respeito ao BAPM, durante o período da pesquisa (2016-2017) apenas um policial era o encarregado por recolhê-los, armazená-lo e alimentar o Módulo BAPM sistema, na ausência desse auxiliar (folga, férias, licença, etc.) essa alimentação era interrompida. E para analisar a repercussão que a TI - representada na PMPA pelo SIGPOL e suas ferramentas - no P2 do BPChq, é preciso apresentar a maneira como seu SI estava organizado antes da inserção do Módulo BAPM em sua atividade.

Para isso, se faz necessário elucidar que um SI se caracteriza pela interação entre recursos humanos, *hardware* (recurso material), *software* (recurso lógico), dados e redes para executar atividades de entrada, processamento, saída, armazenamento e controle que convertem dados em informação (LAUDON & LAUDON, 1999). Portanto, por englobar além de pessoas e processos, também recursos materiais e recursos lógicos, mesmo que com características peculiares a cada ambiente, qualquer desajuste entre os referidos elementos compromete o objetivo do SI.

Dentro da dinâmica do SI do P2, a coleta de dados é feita de modo artesanal (anotações à mão) por policiais de dentro e fora dessa seção, em seguida os dados referentes as atividades do P2 são identificados e armazenados - em meio físico e digital -, posteriormente as informações adquiridas são repassadas para o Comando de Missões Especiais (CME), juntamente com as das outras unidades integrantes, a fim de gerar relatórios e indicadores estatísticos para gestão desse comando, bem como é enviado para o Comando Geral para suas providências. No caso do BAPM, a estatística fornecida pelo CME deve compor os indicadores

¹⁵ Ressalta-se que o BPChq não produzia BAPM para suas ações cotidianas, somente quando passou a integrar o Rádiopatrulhamento de modo oficial é que a produção se torna parte de sua rotina, assim como o Módulo BAPM no SIGPOL.

criminais de Segurança Pública, juntamente com os dos demais Comandos, informações dos Boletins de Ocorrência da Polícia Civil, e declarações de óbitos do Estado, bem como segundo com Pará (2015) deveria facilitar a alimentação do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Porém, o processo que envolve o BAPM no BPChq ainda não foi totalmente incorporado e sua estrutura de SI pode ser considerada um dos problemas que dificultam um processo de modernização.

A estrutura do SI do P2 no período da pesquisa contava com um *desktop* (computador de mesa)¹⁶ para atender todas as demandas da seção, o programa utilizado era o BrOffice¹⁷, as planilhas em formato *Excel*, a internet de baixo alcance com sinal de *wifi* fraco e oscilante, e o número de policiais (oficiais e praças) que trabalharam na seção variou durante cada período, mas nunca ultrapassando o quantitativo de 04 (quatro) no mesmo período (sendo composto por 01 (um) oficial e os demais praças como auxiliares). De acordo com os policiais que os principais problemas relacionados ao seu SI são:

- Haver apenas 01 (um) *desktop* na seção, que durante o período de coleta de dados, esteve em manutenção por três vezes, ressaltando que em uma das vezes se passaram quatro meses até que fosse devolvido a seção;
- A senha de acesso na rede do único *desktop*, que não permite que os *backups* sejam feitos em nuvem. Então tudo que é produzido na seção é armazenada em um *e-mail* ou *pendrive*. O que já ocasionou diversas perdas de dados;
- A falta de scanner para atender a demanda dos documentos que precisam ser anexados ao SIGPOL, e em outras documentações;
- Internet com pouco alcance, dificultando as tarefas cotidianas;
- O modelo atual de relatório de produtividade que é produzido pelo P2, que gera dúvidas e dificuldades quanto ao manuseio da planilha;
- Ter que contar quase que diariamente com a colaboração e disponibilidade dos equipamentos de outras seções para executar suas tarefas, devido à falta ou inexistência de recursos materiais necessários na seção;
- Acumulo de tarefas com os processos que envolvem o BAPM; e

¹⁶ É um termo simplificado oriundo do inglês “Desktop Publisher” (que é o mesmo que editor de textos de mesa) e que pode ser traduzido como “em cima da mesa”. No campo da Informática se refere à tela inicial do computador, ou mesmo a área de trabalho. Ver: <https://www.meusdicionarios.com.br/desktop>

¹⁷ O BrOffice é a versão brasileira do projeto LibreOffice, e se caracteriza por um conjunto de programas criado na década de 90 para escritório, é um “software livre”, e é multiplataforma, ou seja, pode ser instalado em diferentes sistemas operacionais como Windows, Linux e FreeBSD. Ver: <http://broffice.org/sobre/>

- Dificuldade de acesso aos cursos de qualificação para manusear as novas tecnologias no ambiente laboral.

Contrariando a realidade relatada pelos policiais do BPChq, de acordo com Pinheiro (2016) a PMPA tem investido em tecnologia ao longo dos anos para melhorar seu serviço operacional e obter maior controle de seu efetivo. Já Minayo, Assis e Oliveira (2011) destacam que fatores como a precariedade de equipamentos tecnológicos dentro das instituições policiais podem até mesmo representar riscos laborais na profissão, e citam a falta de treinamento e planejamento das atividades como agravantes desse quadro de precariedade. Dito isto, a forma como o SI está organizado, em termos estruturais, determina seu bom andamento ou não do serviço.

Soma-se a precariedade material, o fato de que os policiais envolvidos na rotina administrativa da Polícia Militar entram a partir de concurso para atividade fim da Polícia, onde não há exigências que versem sobre habilidades e/ou rotinas administrativas, bem como relacionado a conhecimento sobre TI. Cenário que dificulta muitas vezes o desenvolvimento do trabalho administrativo, já que a oferta de cursos de qualificação não é suficiente para suprir a demanda exigida, e segundo Minayo, Assis e Oliveira (2011), isso representa um grande problema dentro das instituições policiais. No mesmo sentido, Laudon e Laudon (1999) apontam que se os elementos que compõe o SI não forem satisfatórios, ou não estiverem em perfeita harmonia, não é possível alcançar seu propósito de eficiência e eficácia.

Nesse sentido, as percepções dos policiais sobre o que dificulta o andamento do trabalho administrativo relacionado a inserção de novas tecnologias no P2 no BPChq são de diversas ordens, mas apontam para a necessidade de se compreender melhor os percalços cotidianos da atividade policial diante de um SI aliado a TI. Sobre isso Castro et al. (2003) destaca que há uma insuficiência quanto a estudos que se dediquem a apontar e quantificar deficiências e falhas do sistema informacional das instituições policiais no Brasil, principalmente no que tange a qualidade dessas bases de dados.

A exemplo das dificuldades encontradas no SI do BPChq, segundo a policial praça Mary, há uma enorme carência de material necessário para o bom andamento do trabalho. Durante a conversa, foi solicitado para que esse policial demonstrasse como se dá a alimentação do Módulo BAPM, sobre isso a policial praça Mary lamenta “[...] queria te mostrar, mas pra variar não tem internet”. Situação que se repetiu com frequência durante a observação participante. Mary complementa que mesmo quando a internet “ajuda” não é garantido que o

BAPM possa ser alimentado no SIGOOL, já que pra isso acontecer “[...] todas as seções precisam estar em sincronia, mas não é o que acontece...”.

Note-se que, a implementação do SIGPOL, bem como todos os seus Módulos, deveria potencializar o SI de uma forma geral, tornando mais simples e acessível o armazenamento e o fluxo de dados. Nesse sentido, o objetivo da TI no ambiente laboral é de gerar informações de qualidade que pudessem nortear a tomada de decisão por parte dos gestores. Mas, conforme Moresi (2000), para que isso aconteça é primordial que o SI da instituição esteja adequado para suas necessidades, a fim de que o resultado seja útil em termos gestacionais, de modo que sua função seja cumprida. Oliveira et al. (2016) destaca que ocorre que diante de um novo cenário com a TI, encontra-se a antiga realidade em aparato tecnológico disponível, evidente com as limitações no SI da Polícia Militar, ao passo que gera grande repercussão na dinâmica laboral dos policiais. Santos et al. (2009, p.17) no que se refere a PM acredita que:

Mesmo com as dificuldades existentes, a Polícia Militar não deve ficar a reboque desta revolução tecnológica, pois o emprego da tecnologia da informação em prol do serviço operacional é de fundamental importância para proporcionar eficiência e eficácia na consecução de sua atividade fim, o policiamento ostensivo. O principal benefício que a tecnologia da informação traz para as organizações é a sua capacidade de melhorar a qualidade e a disponibilidade de informações e conhecimentos importantes.

Posto que informações na pós-modernidade se tornam importantes fontes de saber e poder - representadas principalmente pelas estatísticas - (SENRA, 1998; FOUCAULT, 2010), que juntamente com os avanços tecnológicos e qualificação profissional são capazes de alcançar eficiência e eficácia em um SI, que é o objetivo gestacional de uma sociedade em rede que segundo Castells (1999) que tem disseminado a cultura da informação em todos os setores. E a Segurança Pública não ficou alheia a esse movimento, e ao longo dos anos tem avançado em direção à TI para modernizar e integrar suas bases de dados, posto que de acordo com Oliveira et al. (2016, p.61) “o desconhecimento elementar ou a falta de valorização da TI e de seus recursos debilita o planejamento estratégico”. Outrossim, Marchand (1997) aponta que a cultura da informação ao ser implementada, facilita a gestão, gera informação de maior qualidade, podendo assim ser utilizada na elaboração de estratégias que venham a beneficiar a organização como um todo.

Nesse sentido, as informações oriundas dos dados do BAPM são valiosas, pois, o BAPM em papel (físico), é onde a PMPA deve registrar toda a ação durante o turno de serviço. Essas ações precisam ser registradas, pois, o BAPM físico, que depois alimentará o Módulo BAPM no SIGPOL, tornou-se parte fundamental dos indicadores de produtividade da polícia, ao ser

capaz de gerar estatísticas importantes para o planejamento de operações em termos de emprego de recursos humanos e materiais. Portanto, o potencial dessa ferramenta se assenta nesse viés, já que o Módulo BAPM pode fornecer o conhecimento que gerará poder gestacional.

Sobre essas as duas formas em que se encontra (físico e digital), há de se destacar que o BAPM físico deve ser preenchido ao término de cada ação durante o turno de serviço, e o prazo previsto para alimentação do Módulo BAPM é de até 24 horas após o ocorrido, preferencialmente, e caso não seja possível, que a alimentação seja em até uma semana (PARÁ, 2015a). A atualização constata dessa ferramenta se deve a busca por informação quase que em tempo real, que é possibilitada pela TI, que se bem aplicada serve para indicar produtividade coletiva e individual, o que para as instituições policiais pode gerar resistência. Nesse sentido, Njaine et al. (1991) aponta que há uma certa dificuldade quando se trata de instituições públicas, devido a sua cultura, no que tange informar a sociedade, pois, nesse contexto o dever de informar não caberia como função social, e por um longo período assim o foi.

Em oposição ao temor que fornecer informação a sociedade, há a necessidade de administrar aliado a recursos informacionais e seus fluxos, o que transforma a realidade de instituições dos mais diversos setores. Uma vez que, segundo Beal (2008), a informação de qualidade se transformou em um valioso patrimônio no século XXI, pois são indispensáveis para o alcance da eficácia nos processos decisórios e operacionais. Desse modo, a implementação da TI na atividade da PMPA, embora mais tardiamente, é reflexo desse esforço para modernizar e integrar as bases de dados do Estado, com objetivo de basear a gestão em informação de qualidade, que segundo Azevedo et al. (2011) é onde tanto o novo modelo de policiamento como as estratégias dos setores de Segurança Pública deveriam estar assentados. Entretanto, como pode ser observado na descrição da estrutura de SI do P2 do BPChq, a implementação do BAPM é comprometida pelo pouco recurso humano, material e lógico disponível.

4 MÓDULO BAPM E CULTURA DA INFORMAÇÃO

O SIGPOL, marca o início do processo de inserção TI no SI da PMPA, o que naturalmente teve grande repercussão na atividade policial sabidamente resistente a mudanças, em especial de ordem tecnológica devido a cultura institucional. Dentro de um SI, o recurso humano é tão importante como os demais elementos que o compõe, e de acordo com Laudon e Laudon (1999) e Souza et al. (2011), em um SI organizacional o papel do recurso humano envolvido em cada etapa processual é imprescindível, e esse é um fator complicador quando

esbarra-se na resistência quanto a implementação de novas tecnologias por parte de funcionários que temem o possível controle e monitoramento. Outrossim, Pereira et al. (2006) destaca que nos setores militares, existe uma tendência de “não aceitar” a inserção de novas tecnologias nessas instituições, e os receios mais comuns estão relacionados a mudanças nas estruturas de poder e processos culturais que as tecnologias podem acarretar.

E essa “cultura profissional”, é definida por Monjardet (2003) como um princípio explicativo de condutas, e é onde há a importância do simbolismo dessa análise nas pesquisas sobre polícia, que se difere das demais justamente devido a essa “cultura”. Portanto, é possível dizer que a cultura é um fator primordial durante o processo de inserção de novas tecnologias na atividade policial, já que quaisquer mudanças na rotina dentro das instituições policiais podem significar ameaça a sua cultura profissional. Nesse mesmo sentido, Alves (2007) acredita que alterar a cultura institucional na polícia não é impossível, ao mesmo passo que não tão fácil, já que se trata de valores institucionalizados e transmitidos por gerações durante anos.

No contexto da cultura institucional já enraizada e da pretensa cultura da informação contemporânea, a presença de TI no SI das instituições policiais torna-se inevitável, visto que a informação como artigo de poder é pretendida e buscada por toda gestão contemporânea. De acordo com Foucault (1979), a informação deve ser encarada como uma valiosa fonte de poder, e nesse sentido há uma emergência política estatística, já que esta acabou se tornando um dos maiores instrumentos da nova racionalidade governamental, sendo, portanto, as estatísticas instrumentos de saber e poder que servem ao Estado.

A transição da forma de compreender informação como poder impacta primeiramente o Estado, ao abrir espaço para monitoramento de sua gestão, e em seguida a sociedade a partir do acesso a informação e todo potencial que isso envolve (LAFER, 2011), e esse controle é possibilitado em grande parte pelas estatísticas, que em Segurança Pública, deveriam ocupar seu papel relevante em termos estratégico, sendo essa uma tendência mundial de informação como poder (LIMA, 2005; SILVA, 2011). Porém, pelo fato das instituições policiais brasileiras terem passado por uma superficial reforma, essas instituições acabaram tendo dificuldade com a migração para o novo contexto social e político do país, ficando-se em concepções tradicionais e burocráticas quanto ao conceito de Polícia e seu papel na sociedade contemporânea (SOUZA; REIS, 2013).

O SIGPOL surge da necessidade de ampliar o controle, tanto da sociedade quanto do Estado, a partir de informações. A implementação do Módulo BAPM tem objetivo similar, no entanto a inserção dessa ferramenta no BPChq se mostrou responsável por gerar mais

resistências e dificuldades do que reais avanços relacionados a SI no P2 desse Batalhão. Para ilustrar esse paradoxo, sobre o sistema em questão, o policial oficial James diz que “[...]o intuito dele é bom! Mas na prática não funciona!”. O policial se refere a realidade enfrentada por eles no dia a dia do P2.

A exemplo, por conta do baixo alcance e oscilação do sinal de internet¹⁸ na seção, o SIGPOL demora bastante para carregar, e não raramente, não carrega completamente a página, o que dificulta o serviço. Durante uma das visitas a campo, foi obtida a informação de que fazia cerca de 01 (uma) semana que o SIGPOL estava fora do ar. Outro exemplo, está na composição do SIGPOL, que segundo informações obtidas em campo, o sistema atua com 04 (quatro) tipos de linguagem de programação diferentes, o que dificulta na identificação e resoluções de problemas no sistema pelo Centro de Informática e Telecomunicações (CITEL) que é o responsável pela manutenção do programa de acordo com Pará (2015). Devido isso, o SIGPOL é atualizado constantemente, e nem sempre as instruções – direcionadas aos policiais que o operam - acompanham o ritmo de atualizações. Por vezes, segundo os policiais, eles se sentem “perdidos” com certas ferramentas, incluindo o Módulo BAPM que é uma das que mais apresentam falhas segundo os auxiliares do P2.

Sobre a coleta de dados, armazenamento, e produção de informação o policial praça Jonah relata como era a seção quando o mesmo veio para o Batalhão em 2014, “[...] logo quando cheguei aqui não tinha como saber a produtividade, por exemplo, do batalhão. Se precisasse dessa informação tinha que ir lá no livro. Só tínhamos compilado o que era enviado ao CME, bem “geralção”.

Destaca-se que o BAPM desde 2012 deveria ser utilizado em toda e qualquer ação das unidades da PMPA e os comandos teriam, segundo o Aditamento ao BG n°104, apenas 30 dias a partir da implementação do Módulo BAPM do SIGPOL para reestruturar as seções de inteligência (P2) para alimentar e armazenar devidamente os atendimentos preenchidos pelos policiais militares (PARÁ, 2015). Apesar disso, no BPChq o Módulo BAPM só foi inserido na rotina do P2 em 2016, culminando nas primeiras adequações ao SI feitas pelos policiais da seção a fim de atender a demanda do BAPM, entretanto, até abril de 2017 o BAPM físico era preenchido pelos policiais do BPChq exclusivamente durante as ações de Rádio patrulhamento,

¹⁸ A internet utilizada pelo Batalhão é paga por coleta dos próprios policiais, que o fazem para que o trabalho tenha andamento, pois, segundo os policiais, não há como depender da internet disponibilizada sem custo a unidade, já que a mesma não permite que praticamente nada seja feito na rede de internet.

pois os registros das ações programadas¹⁹ sempre foram feitos por meio de Relatório de Missão, que é modo artesanal de registro que é utilizado desde 1992.

É importante frisar, que o BPChq da PMPA foi o último²⁰ Batalhão do país a aderir a essa modalidade de Rádio Patrulha. O que só ocorreu em 2016, quando o Governo do Estado juntamente com a Secretaria de Segurança Pública decidira empregar o BPChq - entre outras unidades aquarteladas - no Rádioratrilhamento, a fim de aumentar o número de policiais nas ruas. Certamente o Rádioratrilhamento acarretou dificuldades para o SI do BPChq, mas mesmo antes desse apelo político e social ao Batalhão, teoricamente toda a rotina do BPChq já deveria estar registrada no SIGPOL, mas essa alimentação do sistema costuma ocorrer com um considerável atraso de uma maneira geral, a situação se agrava no Módulo BAPM devido a pouca importância que é dada a essa ferramenta (desde a coleta do dado até a alimentação do sistema).

Se faz necessário esclarecer que, embora a informação proveniente do BAPM seja promissora, a coleta do dado é comprometida por fatores como: desleixo no preenchimento do documento (letra ilegível, campos em branco, dados incompletos, atrasos na entrega, etc.), pouca familiaridade com o modelo de BAPM, resistência as alterações nas funções cotidianas, desconhecimento sobre o potencial das informações provenientes da coleta de dados, entre outros. O preenchimento do BAPM ainda é fator de embaraço para os policiais do BPChq, principalmente durante o Rádioratrilhamento, já que segundo o policial oficial James “[...] como são procedimentos completamente diferentes, o policial do Choque não tem a mesma expertise pra preencher o BAPM que um “policial de rua”, que já tá acostumado com isso!”.

Note-se que na teoria o BAPM deve ser preenchido para qualquer de ação (programada ou não) da PMPA (PARÁ, 2015), mas na prática não funciona dessa maneira, até devido aos diferentes tipos de registros (Livro do Oficial de Dia; Livro de Ocorrência da Guarda; Relatório de Missão; etc.) que o próprio BPChq possui. Ressalta-se que o documento denominado “Relatório de Missão” ainda é a fonte mais fiel de dados do BPChq, e que por isso preencher o BAPM significa “trabalhar dobrado”, já que são anotadas primeiramente nesse relatório e depois precisam ser repetidas no BAPM.

Normalmente o preenchimento do BAPM físico fica a cargo do policial oficial da viatura durante o Rádioratrilhamento, isso na teoria, mas de acordo com os policiais qualquer um integrante da viatura pode preenche-lo. Quase todos os campos precisam ser preenchidos

¹⁹ Ações programadas são aquelas com ordem de serviço predeterminada que justifique o motivo dela, e se opõe as ações espontâneas, que são aquelas que requerem o emprego da tropa sem aviso prévio.

²⁰ Visto que o Batalhão de Tocantins ainda não está estruturado, por isso ainda não atua no Rádioratrilhamento.

no BAPM, com exceção do campo “informações complementares” e “outras providências”, que dependem da necessidade de informar ou não. Os campos obrigatórios são: N° BAPM; N° missão; Relator; Acionamento; Natureza do fato; Local do fato; Início da ação policial; Guarnições envolvidas; Apreensões realizadas; Indivíduos envolvidos; Apresentação; e Término da ação policial.

Com relação a quantidade de campos no BAPM, o policial praça Charles questiona: “pra mim é informação demais. Poderia ser algo mais simples. Sabe quanto tempo a gente levaria pra preencher um negócio desses todo? De 10 a 15 min. Na rua tu não tem esse tempo... Senão o cara vai passar a noite toda só preenchendo papel”. O que evidencia uma falta de entendimento quanto a importância da coleta de dados (de qualidade), bem como há uma certa resistência com relação a demanda do Radiopatrulhamento, ao qual esses policiais não estavam acostumados. A respeito dos movimentos de resistência dentro das instituições, para Goffman (1987) esses focos de resistência inclinam-se a apropriar-se de todo e qualquer espaço vulnerável do dispositivo institucional, e são nesses espaços que os ajustamentos secundários emergem e por conseguinte se alastram pelo ambiente.

Para o policial praça Jonah “o próprio modelo de BAPM já é problemático. Poderia ser mais abrangente. Mas por outro lado, se assim ele já não é preenchido totalmente...”. A respeito disso, é importante ressaltar que o Módulo BAPM contempla, de forma mais didática e criteriosa, todos os campos do BAPM em papel. E quando as informações que não são facultativas deixam de estar devidamente preenchidas no BAPM físico acaba gerando um problema para o auxiliar do P2 encarregado de alimentar a ferramenta correspondente.

Os policiais participantes que conversaram sobre a funcionalidade do BAPM, quando questionados a respeito, demonstravam não enxergar qualquer benefício no preenchimento deste, e, portanto, não vislumbravam qualquer importância do mesmo em seu relatório. Alguns participantes justificaram esse certo “desprezo” pelo BAPM, por este não ser adaptado para o BPChq, por esse motivo não haveria “identificação com o documento”, e mencionaram que possíveis adaptações da ferramenta poderiam melhorar seu “nível de aceitação”. Adequação as necessidades do BPChq é algo pouco provável dada a realidade, visto que o modelo de BAPM foi idealizado para atender a PM do Estado do Pará como um todo.

A estrutura de SI do BPChq mostrou-se um fator de atrapalho para a implementação do BAPM, pois até o fevereiro de 2017 o BAPM não era inserido no SIGPOL com frequência, de acordo com o policial praça Philip o documento era alimentado no sistema somente “quando dava!”. Deixando claro, que inserir o BAPM não é a prioridade no serviço do P2, uma vez que

não há utilidade desses dados no SIGPOL segundo entendimento desse auxiliar. Já o policial praça Jonah afirma que durante todo o mês de maio de 2017 o P2 não teve acesso ao SIGPOL e confirma que “[...] no sistema a gente não conseguia inserir o BAPM direito até esse ano”, e completa dizendo que “o grande problema é que a maioria (dos policiais) não compreende que o registro é muito importante, e que uma série de processos depende disso” (POLICIAL PRAÇA JONAH) ao se referir a dificuldade de compreensão dos policiais que coletam os dados em campo para preenchimento do BAPM.

Há ainda a questão do atraso na entrega desse BAPM após as missões, “[...] tem BAPM do mês passado que ainda não foi preenchido. Eu tenho que me virar pra fazer o trabalho”. O policial praça Mark admite: “a gente tem muita dificuldade com isso. Porque o pessoal não entende que precisa preencher logo o BAPM”. O auxiliar responsável por inserir o BAPM no SIGPOL, desde que conseguiu o acesso a essa ferramenta, começou a alimentar o sistema conforme sua escala de serviço, mas por ser um trabalho em sincronia com as outras seções, não houve sucesso nisso, e o trabalho está acumulado, devido a isso, o mesmo acredita que não conseguiu “[...] alcançar um bom rendimento, que seria de 24 horas após a missão. Esse “bom” é opinião minha!” (POLICIAL PRAÇA JONAH).

Tal como aponta Manning (2003), a ausência de treinamento, medo e resistência dos policiais quanto as tecnologias, parque tecnológico inexistente ou defasado, sistemas arcaicos de armazenamento de dados, pouco aproveitamento de pessoal qualificado dentro da instituição e etc, servem como atrapalho no propósito de eficiência que as inovações poderiam oferecer a essas organizações. Marchand (1997) e Meireles (2010) afirmam que a cultura da informação é vital para uma boa gestão, posto que leva em consideração a forma como as pessoas lidam/encaram a informação, a importância que atribuem a ela, de modo que para que a cultura da informação seja incorporada a cultura institucional é preciso que haja ajuste nos elementos que compõe esse ambiente.

No BPChq, foi possível observar que uma parcela grande dos policiais inseridos naquele contexto encara o BAPM como não sem qualquer finalidade prática, já que parte significativa dos policiais (oficiais e praças) não entende a necessidade do registro do documento físico e posteriormente na plataforma BAPM, e ainda há uma boa parcela de policiais que acredita que preenchimento do BAPM é “perda de tempo”, não encontrando utilidade efetiva para esse registro. Sobre a realidade encontrada no BPChq, a afirmação de Bengochea et al. (2004, p.131) se encaixa muito bem, onde o autor afirma que “[...] o grande desafio colocado no processo de

democratização dos países da América Latina, hoje, quanto às organizações policiais, é a questão da função da polícia, do conceito de polícia”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação é um artigo indispensável para gestão no século XXI, e a TI vem para possibilitar avanços no SI. Desse modo, o Módulo BAPM tornou-se uma das ferramentas mais importantes do SIGPOL, devido seu potencial de propiciar informações para confecção de relatórios e estatísticas criminais para gestão do conhecimento (produtividade e estratégia operacional). Contudo, a transição para uma cultura da informação dentro da PMPA não ocorreu sem impactar a atividade laboral dos policiais, já que foi preciso reestruturar seu SI a fim de adequá-lo. O aporte teórico demonstrou que um SI para ser eficiente e eficaz depende da sincronia entre a tecnologia (recurso material e lógico), recurso humano e dos processos, nesse sentido, a estrutura do P2 do BPChq mostrou-se pouco adequada, quanto a esses elementos, para que a TI possa beneficiar seu SI e, por conseguinte a gestão.

O BAPM repercutiu de formas diferentes entre os policiais do BPChq, variando de acordo com a atuação de cada um dentro do SI. Para os policiais praças, na prática responsáveis pelo preenchimento do BAPM físico, as dificuldades mais citadas foram a quantidade de campos “desnecessários”, demanda grande de tempo para preencher e a duplicata de registro. Com relação aos policiais oficiais, há pouca confiabilidade nas informações oriundas do Módulo BAPM, já que para esses comandantes na prática o sistema não funciona. Os dois grupos concordam que aumento na produção de BAPM trouxe acúmulo de funções, porque mantiveram seus registros artesanais e ainda precisavam novamente registrar os dados no BAPM (físico e digital).

Evidencia-se que para que a cultura da informação seja implementada de maneira satisfatória no SI do BPChq, e as informações geradas sejam fonte de poder, há a necessidade de maior investimento em recursos materiais e lógicos, tal como maior investimento na qualificação dos recursos humanos responsáveis pela coleta de dados e alimentação do sistema, já que observou-se que poucos policiais dominam a TI – sofisticada ou não -, já que os cursos de capacitação para o BAPM e SIGPOL são escassos, e quando ofertados não contemplam a totalidade dos profissionais. Os elementos citados se mostram como fatores que obstaculizam o processo de implementação do Módulo BAPM nessa unidade. Destarte, os objetivos desse artigo de analisar a implementação do Módulo BAPM no BPChq a partir de sua estrutura de SI e repercussão da cultura da informação aliada a TI, foram alcançados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isaias. Cultura profissional e violência policial: uma discussão. **Revista Estudos do Trabalho (RET)**, v. 1, n. 1, 2007, p.10.

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de; RICCIO, Vicente; RUEDIGER, Marco Aurélio. A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão. **Ciência da Informação**, v. 40, n. 1, jan./abr., 2011, p.9-21.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2008.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARAES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz; ABREU, Sérgio Roberto de. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **Perspectiva**. [online]. v. 18, n. 1, 2004, p.119-131. Disponível em: http://srvweb.uece.br/labvida/dmdocuments/a_transicao_de_uma_policia_de_controle.pdf Acesso em: 23 dez. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação**: economia, sociedade e cultura. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mônica S Monteiro; ASSUNÇÃO, Renato M; DURANTE, Marcelo Ottoni. Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação. **Saúde Pública**, Minas Gerais, 2003. Disponível em: <www.fsp.usp.br/rsp> Acesso em: 21 jul. 2016.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____ **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LAFER, Celso. Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks. **Política Externa**, v. 19, n. 4, maio 2011, p.11-17.

LAUDON, K. C., LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação: com internet**. Trad. Dalton Conde de Alencar. 4. ed., Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LIMA, Renato Sérgio de. **Contando crimes e criminosos em São Paulo**: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000. 204f. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo (USP), 2005.

MANNING, Peter K. As tecnologias de informação e a polícia. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). **Policimento moderno**. Tradução Jacy Cardia Ghirotti. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MARCHAND, D. A cultura da informação de cada empresa. **Gazeta Mercantil**, n.10, out 1997, p.6-9.

MEIRELES, Manuel Antônio da Costa. **Gestão das informações organizacionais**. Itu: Ottoni Editora, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASIS, Simone Gonçalves; OLIVEIRA, Raquel Vasconcelos. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. **Ciência e saúde coletiva** [online], vol. 16, n. 4, apr/2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n4/v16n4a19>> Acesso em: 21 de setembro de 2016.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: Sociologia da Força Pública**. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EDUSP, 2003.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação**, v.29, n. 1, jan./abr. 2000, p.14-24

NJAINÉ, Kathie; SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. ASSIS, Simone Gonçalves de. A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. **Cad. Saúde Pública**, jul-set. 1997, p.405-414.

OLIVEIRA, Joel Souza de; GRUBER, Vilson; MARCELINO, Roderval; LUNARD, Giovani Mendonça. As Tecnologias da Informação e Comunicação na gestão administrativa e operacional da Segurança Pública. In: SPANHOL, Fernando J.; LUNARD, Giogavi L.; SOUZA, Marcio Vieira de. (Org.). **Tecnologias da Informação e Comunicação na Segurança Pública e Direitos Humanos**. São Paulo: Blucher, 2016.

PARÁ. **Diretriz geral de emprego operacional nº 001/2014 DGOp da Polícia Militar do Pará**. Imprensa Oficial do Estado do Pará: Belém, 2014.

PARÁ. **Aditamento ao BG Nº 104 de 10 jun de 2015**. Assuntos Gerias e Administrativos: Boletim de Atendimento Policial Militar – manual de preenchimento. Belém, 2015.

PEREIRA, Maria Cecília; SANTOS, Antônio Claret dos; BRITO, Mozar José de. Tecnologia da Informação, cultura e poder na Polícia Militar: uma análise interpretativa. **Cadernos EBAPE.BR - FVG**, v. 4, n. 1, mar. 2006. Disponível em: <www.ebape.fgv.br/cadernosebape> Acesso em: 10 dez. 2016.

PINHEIRO, Kilson Leonez. **O Sistema Integrado de Gestão Policial - SIGPOL**: o banco de dados da Polícia Militar do Estado do Pará. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto de Ciências Aplicadas da Universidade Federal do Pará, 2016.

SANTOS, Márcio de Alcântara; ANJOS, Melquisedeque Cerqueira dos. ANDRADE, Rubenilton Matos. **A eficiência e eficácia do uso da Tecnologia da Informação na Polícia Militar da Bahia na integração dos processos de coleta, armazenamento, disseminação e uso das informações**. Trabalho de Especialização - Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2009.

SENRA, Nelson de Castro. **A coordenação da estatística nacional: o equilíbrio entre o desejável e o possível.** 176f. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1998.

SILVA, Mariane Delgado de Carvalho. **Exercício pleno da cidadania: a transparência como instrumento de controle social.** IV Congresso de gestão de pessoas CONSAD, Brasília: DF, 2011.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; REIS, João Francisco Garcia. Cultura Policial e Direitos Humanos: contradições e conflitos da Polícia Militar do Pará. In: BRITO, Daniel Chaves de; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. (Org). **Na periferia do policiamento: Direitos Humanos, violência e práticas policiais.** Belém: Paka-Tatu, 2013.

SOUZA, Edivanio Duarte de; DIAS, Eduardo José Wense; NASSIF, Mônica Erichsen. A gestão da informação e do conhecimento na ciência da informação: perspectivas teóricas e práticas organizacionais. **Inf. & Soc**, v. 21, n. 1, jan./abr. 2011, p.55-70.

ARTIGO CIENTÍFICO 2

EVIDÊNCIAS DAS DISFUNÇÕES NA BUROCRACIA: UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO MÓDULO BAPM

ARAUJO, Mayara²¹
BARP, Wilson José²²
NUMMER, Fernanda Valli²³

RESUMO

Esse artigo ocupa-se de analisar uma organização burocrática, com ênfase nos elementos da burocracia observados no Módulo Boletim de Atendimento Policial Militar que apresentam disfunções burocráticas, em razão dos problemas identificados impactarem diretamente seu Sistema de Informação e a atividade policial ligada ao mesmo. A discussão concentra-se nos aspectos da cultura burocrática no Sistema de Informação do Batalhão de Polícia de Choque do Pará e as contradições causadas com a inserção de Tecnologia da Informação nessa dinâmica, visto que implementação do Módulo Boletim de Atendimento Policial Militar tem por objetivo melhorar a gestão do conhecimento fornecendo informações de qualidade para otimizar o planejamento das ações policiais e medir sua produtividade a partir de relatórios estatísticos. Para discutir o tema Weber (1991) e Merton (1970) serão os autores base para analisar os resultados encontrados a partir de um Estudo de Caso, com abordagem qualitativa, análise documental, conversas informais com policiais e observação participativa. Foi possível identificar as contradições na eficiência pretendida com a implementação da ferramenta em questão em função do modelo burocrático de gestão e suas disfunções. Logo, pôde-se constatar que fatores como resistência a qualquer movimento que possa causar perturbação na ordem vigente, ausência de inovação devido ao comodismo, excesso de formalismo com uma cultura embasada em documentos formais preenchidos de modo artesanal, hierarquia com certo grau de obrigações e privilégios velados, e ausência de inovação e conformidade às rotinas, somado a limitação que o sistema apresenta, se apresentam como fatores contraditórios ao propósito pretenso com a ferramenta e que corrompem o potencial do Módulo Boletim de Atendimento Policial Militar no Sistema de Informação do Batalhão.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema de Informação. Tecnologia da Informação. Gestão do conhecimento. Contradições.

EVIDENCE OF DYSFUNCTIONS IN BUROCRACY: A STUDY ON THE IMPLEMENTATION OF THE BAPM MODULE

ABSTRACT

This article deals with the analysis of a bureaucratic organization, with emphasis on the elements of bureaucracy observed in the Bulletin Module of Military Police Attendance that

²¹ Mestranda em Segurança Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mayara.fibra@gmail.com

²² Doutor em Ciências Sociais, professor do PPGSP, da UFPA. E-mail: wilsonbarp@gmail.com

²³ Doutora em Antropologia Social, professora do PPGSA, da UFPA. E-mail: fernandanummer@gmail.com

present bureaucratic dysfunctions, because the problems identified directly impact its Information System and the police activity linked to it. The discussion focuses on the aspects of bureaucratic culture in the Information System of the Shock Police Battalion of Pará and the contradictions caused by the insertion of Information Technology in this dynamic, since the implementation of the Bulletin Module of Military Police Service aims to improve knowledge management by providing quality information to optimize the planning of police actions and measure their productivity from statistical reports. To discuss the topic Weber (1991) and Merton (1970) will be the base authors to analyze the results found from a Case Study, with qualitative approach, documentary analysis, informal conversations with police officers and participatory observation. It was possible to identify the contradictions in the intended efficiency with the implementation of the tool in question in function of the bureaucratic model of management and its dysfunctions. Therefore, factors such as resistance to any movement that might cause disruption to the current order, absence of innovation due to indulgence, excess of formalism with a culture based on formal documents filled in by hand, hierarchy with a certain degree of obligations and veiled privileges, and lack of innovation and compliance to the routines, in addition to the limitations that the system presents, are presented as contradictory factors to the intended purpose of the tool and that corrupt the potential of the Bulletin of Military Police Assistance in the Battalion Information System.

KEYWORDS: Information System. Information Technology. Knowledge management. Contradictions.

1 INTRODUÇÃO

A importância do uso da informação na gestão pública se dá, mais propriamente para o planejamento, execução e redirecionamento das atividades policiais. Com base nestes dados é possível se chegar a análises que possam ser utilizadas para orientar o processo de tomada de decisões, a planejar intervenções pontuais em locais ou alvos prioritários e a avaliar/monitorar resultados (BEATO FILHO, 2008). A Tecnologia da Informação (TI), desde o final do século XX, tem sido aliada dos governos e empregas em prol de avanços gestacionais baseados em informação, e o alinhamento das práticas institucionais com os recursos tecnológicos tem gerado mudanças na base de todos os setores públicos no Brasil, historicamente burocráticos.

Na Polícia Militar do Pará (PMPA) o Sistema Integrado de Gestão Policial (SIGPOL), lançado oficialmente em 2009 (PINHEIRO, 2016), faz parte da iniciativa de novas tecnologias na atividade policial do Estado, e é a maior expressão da implementação das TI na Segurança Pública do Estado. A TI ainda encontra dificuldade quando implementada em instituições policiais, por isso, o Batalhão de Polícia de Choque (BPChq) do Pará foi a instituição escolhida pela pesquisa devido a trajetória do Batalhão com atuações de último esforço desde sua inauguração (1992), até 2016²⁴, quando passou a atuar no Rádipatrolhamento Tático Motorizado, e naturalmente passou a produzir em maior escala Boletim de Atendimento

²⁴ O BPChq da PMPA foi o último Batalhão de Choque, já estruturado, no país a integrar o Rádipatrolhamento Tático Motorizado, que é o policiamento preventivo ostensivo em viaturas.

Policial Militar (BAPM). Essa alteração desencadeou um período de muitas adaptações em seu burocrático Sistema de Informação (SI), principalmente na 2ª seção (P2) que é responsável pela estatística do Batalhão.

A burocracia é considerada o mais próximo do que seria o “tipo ideal” de gestão (MAIA; PINTO, 2007), Weber (1991) define a burocracia como um conjunto de características para criar o “modelo” de organização burocrática. Nessa perspectiva, a implementação do Módulo BAPM no SI do BPChq ao mesmo passo que propõe potencializar o trabalho administrativo, burocrático por essência, apresenta algumas “disfunções burocráticas”. Sendo assim, para discutir o tema proposto serão utilizados autores que discutem a burocracia (WEBER, 1991; TENÓRIO, 1981), administração e gestão (MAXIMIANO, 2008), SI (LAUDON; LAUDON, 1999), informação (BEATO FILHO, 2008; CARVALHO; TAVRES, 2001), e disfunções burocráticas (MERTON, 1970).

Disto isto, o artigo analisa os elementos da burocracia observados no Módulo BAPM e que recaíram nas disfunções burocráticas, visto que os problemas identificados impactam diretamente o SI do BPChq da PMPA, bem como a atividade policial ligados a esse sistema. Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa é de natureza qualitativa, a partir de um estudo de caso no BPChq da PMPA, com observação participativa de 10 meses (entre agosto de 2016 a junho de 2017). As visitas ao BPChq foram intercaladas e todo processo observado foi devidamente registrado em diário de campo. A observação em campo se limitou a interação dos policiais envolvidos no SI do BPChq, em especial os policiais do P2, sendo observado todos os recursos (humano, material e lógico), processos (armazenamento, processamento, alimentação e fluxo de dados), dados (coleta, qualidade), que envolve o Módulo BAPM do SIGPOL. As ferramentas de coleta de dados foram a de técnica documental (BAPMs relatórios, circulares, planilhas, livros de registro, entre outros), conversas informais com os policiais (oficiais e praças, homens e mulheres) que trabalharam no P2 entre 2014 e 2017 e em períodos anteriores, e conversas informais com outros policiais do Batalhão. Destaca-se que para salvaguardar a identidade dos participantes, foram utilizados nomes fictícios, e os mesmos estão classificados de acordo com suas patentes em dois grupos, o primeiro composto por policiais praças e o outro por policiais oficiais.

2 BUROCRACIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2.1 Administração burocrática

Entende-se por administração o processo pelo qual as decisões são tomadas a partir da utilização de recursos (MAXIMIANO, 2008). Para que haja administração, é necessário um SI, que se caracteriza pela interação entre recursos humanos, recursos materiais, recursos lógicos, dados e redes para executar atividades de entrada, processamento, saída, armazenamento e controle que convertem dados em informação, tal como quanto a vinculação das novas tecnologias (LAUDON E LAUDON, 1999). Castells (1999) admite que há a necessidade de novas tecnologias no modelo de sociedade contemporânea, e conceitua TI como a utilização do conhecimento científico para especificar os meios de se gerar as coisas de forma produtiva.

A administração aliada a TI, por isso, necessita estar com todos os elementos que compõe seu SI em harmonia, para não comprometer o resultado final que é a informação, para que a administração a possa empregar na gestão. Sobre isso, Beato Filho (2008) afirma que a produção e uso da informação, tal como os possíveis diagnósticos gerados a partir da informação são triviais para gestão. Embora Carvalho e Tavares (2001) aleguem que existem diversas dificuldades na obtenção dessa informação, visto que é fruto de um processo que exige análise e interpretação.

Na tentativa de organizar e otimizar a administração em prol da eficiência, surge a operacionalização da burocracia, que para Weber (1991) caracteriza-se por regras e procedimentos padronizados, aparato técnico-administrativo, por profissionais especializados escolhidos dentro de critérios racionais, divisão do trabalho, hierarquia e autoridade, caráter formal das comunicações, impessoalidade das relações e previsibilidade do funcionamento. Burocracia é encontrada na política, religião, economia, militarismo, educação e em praticamente todas as organizações. Motta e Vasconcelos (2006, p. 130) definem a burocracia como “[...] um sistema que busca organizar, de forma estável e duradoura, a cooperação de um grande número de indivíduos, cada qual detendo uma função especializada”. Merton (1970), em contrapartida, alega que estas características da burocracia funcionam como disfunções burocráticas, ou seja, as características da burocracia ao esbararem em fatores que desvirtuem suas regras, acabam por condenar a organização a escravidão de suas próprias normas. Fatores como internalização das regras e apego aos regulamentos, excesso de formalismo e de papelório, resistência, despersonalização do relacionamento, categorização como base do processo decisório, e conformidade de rotinas e procedimentos, são características das disfunções burocráticas (MERTON, 1970).

No P2, seção responsável pela alimentação do Módulo BAPM, do BPChq a burocracia está bem evidenciada na organização de seu SI. Observa-se o princípio burocrático materializado na divisão do aparelho administrativo em áreas específicas, com objetivo de condensar em um subsistema da organização processos e as atividades correlatas (MAIA; PINTO, 2007), ao passo que apresenta algumas características de disfunções burocráticas elencadas por Merton (1970).

Weber (1991) aponta ainda que é na modernidade, com a ordem legal, que a burocracia chega a seu ápice de racionalidade a fim de garantir a máxima eficiência de seus objetivos. Contraditoriamente a forma pejorativa que a burocracia é compreendida na atualidade, a burocracia weberiana tinha por premissa a total eficiência, requerendo atenção a todos os detalhes formais do processo com antecedência, para que o fator humano não tivesse interferência em tal. Em contrassenso a burocracia conceituada por Weber, parte dos problemas relacionados ao SI do BPChq são associados ao recurso humano, nas palavras do policial oficial James: “[...] as falhas no registro de informação em toda polícia se devem, em grande parte, ao fator humano. Aqui não é diferente. Muita coisa tem que mudar.” Seguindo a lógica da burocracia proposta em Weber (1991) a racionalidade, onde não existe espaço para interferência do fator humano, deveria melhorar a eficiência dentro desse modelo, no entanto, segundo Tenório (1981) há contradições nesse processo, e a crescente racionalidade do sistema burocrático acarretou efeitos contrários, diminuindo assim a eficiência das organizações. A TI representa para administração a possibilidade de potencializar o SI utilizado, mas o conflito entre novas tecnologias e a burocracia institucional pode cristalizar essa lógica.

A PMPA tem investido no decorrer dos anos em tecnologia para melhorar seu serviço operacional/administrativo e obter maior controle de seu efetivo (PINHEIRO, 2016), com objetivo de otimizar seu SI, tornando-o mais fluido, eficiente e eficaz. O SIGPOL, de acordo com Pinheiro (2016, p.11) foi criado para “[...] contribuir na facilitação do processo de armazenamento e recuperação da informação com integridade segurança”, esse sistema está perfeitamente alinhado com o modelo burocrático. Embora, devido aos escassos recursos materiais e lógicos, pouca capacitação para os profissionais que integram o SI, as contradições na implementação do Módulo BAPM tornam-se evidentes.

Segundo Tenório (1981, p.87) o conhecido fenômeno burocrático dá-se com elementos bastante contraditórios, sendo considerado por esse autor como a “encarnação do bem e do mal” devido sua capacidade de ser tanto eficiente como ineficiente, e afirma que a ineficiência é uma das contradições inerentes a esse modelo de gestão. Kliksberg (1994) entende que a forma de

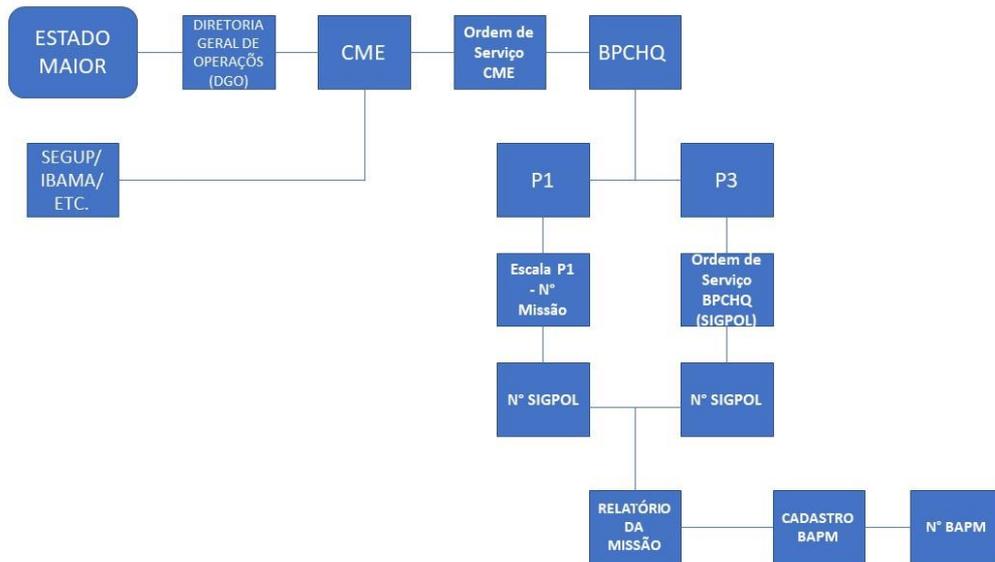
administração burocrática, mesmo tendo por finalidade a agilidade e rapidez, não alcança seus objetivos, estando, portanto, na contramão do que se propõe.

2.2 A burocracia e suas disfunções no Módulo BAPM

O Módulo BAPM é onde o policial militar deve registrar toda a ação durante o turno de serviço, e essas ações precisam ser registradas, pois, o BAPM tornou-se um indicador de produtividade da PMPA, gerando estatísticas importantes para o planejamento de operações e controle das atividades realizadas pela polícia. No BPChq, é possível observar a contradição na eficiência pretendida com o Módulo BAPM e os caminhos previstos pela forma burocrática de administração, que torna o processo na prática bastante ineficiente, por vezes até inviável no P2 desse Batalhão, e a pesquisa conseguiu identificar alguns deles.

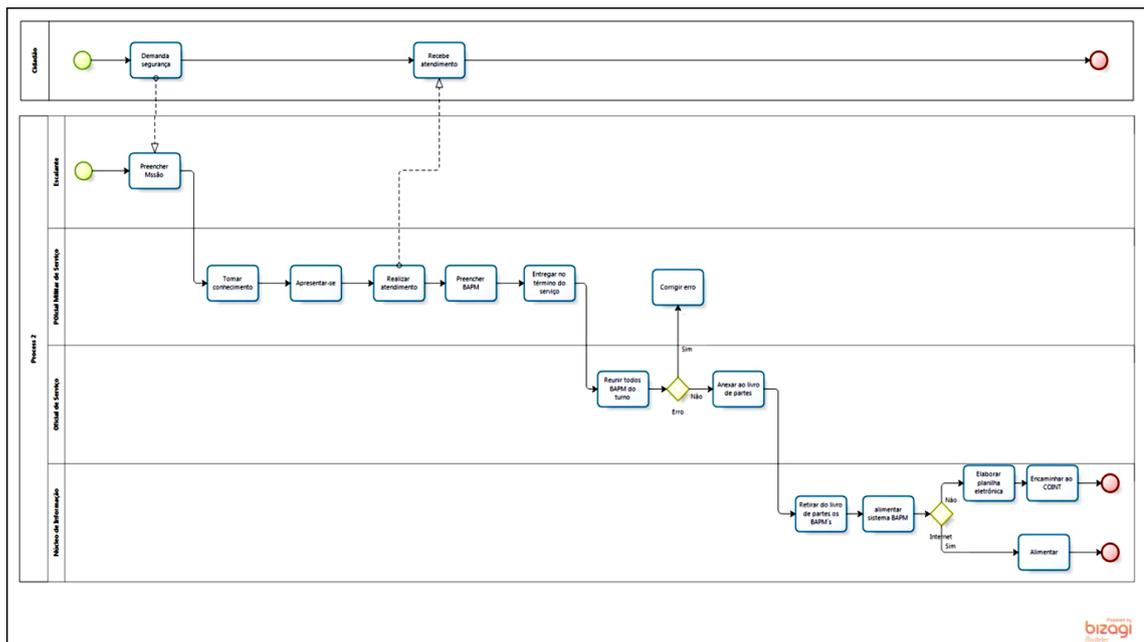
A divisão de tarefas, característica fundamental da burocracia, demonstrou-se um problema bem recorrente para a alimentação do Módulo BAPM, já que há uma dependência das informações geradas por outras seções, o que compromete o fluxo de informação, não sendo possível que o P2 alimente a ferramenta sem que as informações sobre escala de serviço, por exemplo, estejam no sistema. O processo para geração do número de BAPM é um exemplo muito claro da disfunção da burocracia no BPChq, no fluxograma (Figura 01), confeccionado a partir de dados coletados em campo, é possível acompanhar o percurso, na prática, que é necessário desde as demandas do BPChq até que seja possível saber a numeração do BAPM. No fluxograma oficial (Figura 02) consta o percurso na teoria para geração do número de BAPM no SIGPOL. Tanto no processo teórico como na prática, é possível notar a burocracia implementada corrompe o propósito da TI no SI, posto que ao invés de beneficiar o fluxo de informações em prol da eficiência, ambos contribuem para tornar o processo longo e confuso.

Figura 1 – Fluxograma do BAPM no BPChq



Fonte: Pesquisadora

Figura 2 - Desenho do processo de registro de informação



Fonte: PARÁ, Aditamento ao BG n°104, 10 de Jun - 2015.

Destaca-se que o número de cada BAPM não utiliza uma ordem definida pelo Batalhão, o que seria o ideal, tanto para alimentação do sistema como para o arquivamento. Como essa

numeração vale para todo o Estado do Pará, e como a alimentação não ocorre em tempo real, um BAPM que foi produzido ano passado, por exemplo, pode conter numeração cronológica próxima ao de um BAPM produzido no presente, sendo esse outro problema, identificado durante a consulta de BAPM no SIGPOL.

De acordo com Weber (1991) a atividade do servidor público no âmbito da burocracia assenta-se em documentos escritos, ou seja, nas organizações burocráticas toda a comunicação deve ser essencialmente escrita, bem como todas as regras e decisões, onde a validade está especificamente associada a documental formal. Acerca disso, as dificuldades que envolvem o excesso de registro envolvendo as informações que devem constar no Módulo BAPM, iniciam na coleta de dados, já que rotineiramente, os registros das ações do BPChq são anotados primeiramente em um bloco de papel com as informações mais importantes, para posteriormente servirem de base para confecção do Relatório de Missão, e em casos específicos²⁵ ao BAPM (físico e digital).

Nesse sentido, Weber afirma que:

A burocratização é provocada mais pelo aumento intensivo e qualitativo e o desenvolvimento interno das tarefas administrativas que pela ampliação extensiva e quantitativa. Mas há uma grande variação na direção tomada pela burocratização e os motivos que a provocam. (1991, p.33)

Note-se que na Figura 02, ainda há uma “opção” que contempla a situação de não haver internet para alimentar o SIGPOL, demonstrando que embora o sistema só funcione *online*, na falta de internet a recomendação é registrar em planilha eletrônica, para tornar a registrar no SIGPOL quando possível, de acordo com Merton (1970) a necessidade de documentar e formalizar tudo dentro da burocracia conduz a uma tendência de excesso de formalismo, documentação e papelório. O desvio de funcionamento consequente do excesso de documentos nos atos administrativos compromete a rotina operacional do ambiente (MERTON, 1970).

No BPChq, alguns procedimentos de seu SI ilustram bem os obstáculos impostos pela burocracia relacionados ao Módulo BAPM. No processo de alimentação dessa ferramenta, o auxiliar do P2 responsável por alimentar o sistema precisa recorrer a “outras formas” de registro, na tentativa de realizar o trabalho, posto que os BAPM físicos são preenchidos com um certo “desleixo”, obrigando o auxiliar recorrer ao Livro do Oficial de Dia, e/ou ao Livro de Ocorrência da Guarda, e/ou ao Relatório de Missão, para obter as informações necessárias para preencher tanto seus relatórios direcionados ao comando, quanto para preencher as lacunas

²⁵ O BPChq só passou a preencher BAPM devido sua inserção no Rádio patrulhamento Tático Motorizado em 2016, apesar de o documento ser oficialmente obrigatório para registro de qualquer ação segundo Pará (2015).

deixadas pelos policiais no documento, para posteriormente obter as informações necessárias para inseri-los no SIGPOL. É preciso destacar que as formas de registro relacionadas as ações do BPChq são artesanais, variadas e repetitivas, e para esclarecer a finalidade e conteúdo de cada registro eles serão apresentados individualmente:

O Livro do Oficial de Dia

É um caderno de capa dura que é preenchido manualmente após cada turno diariamente pelo “oficial de dia” ou adjunto, e ironicamente contempla muito mais informações atualizadas sobre o Batalhão do que o SIGPOL, desse modo é fonte de registro mais confiável no BPChq para fins de consulta sobre a rotina desse Batalhão. Porém, no que diz respeito ao BAPM, o que consta é o número total produzidos durante as ações de Rádio patrulhamento. O livro está dividido em partes, que são a estrutura do registro, sendo elas: efetivo, justiça e disciplina, missões extraordinárias (programadas), controle de viatura, ocorrências, juntada, e passagem do serviço. Diariamente passa pelas seções para que cada uma retire dali as informações necessárias, mas fica arquivado no P2.

O Livro de Ocorrência da Guarda

É um caderno de capa dura que se localiza na entrada e serve para manter o controle interno (de entrada e saída de pessoas e viaturas) é composto por: recebimento do serviço, guarnição de serviço, material/Encargo, ocorrência, e passagem de serviço. É preenchido pelo chefe da guarda - normalmente um sargento - e serve para registrar o fluxo diário de pessoas e ações do Batalhão, bem como de qualquer anormalidade durante o turno.

O Relatório de Missão

É um documento com modelo certo para cada tipo de missão em que o BPChq atua, sendo a principal forma de registro de ações desse Batalhão, onde constam detalhes do que ocorreu durante as missões. É preenchido pelo oficial comandante da missão e fica armazenado na 3º seção (P3) do Batalhão e vai de forma fragmentada para meio digital alimentando planilhas e relatórios secundários com as informações correspondentes a cada seção. Esse relatório é uma espécie de BAPM do Choque, é produzido com informações específicas de sua missão especial, na prática é utilizado para compor os relatórios de produtividade e estatística do BPChq, bem como para fornecer informações, se necessário, ao Livro do Oficial de Dia.

Quanto a isso, nota-se que há um SI voltado para registrar de modo artesanal tudo que ocorre no Batalhão, e esses procedimentos já fazem parte de sua cultura institucional. Segundo Srour (1998), a cultura é aprendida, transmitida e partilhada, porém não é decorrente de uma herança biológica: é um saber compartilhado, construído socialmente em um grupo social, em que todo o conjunto de normas e de valores reconhecido como “natural”. Nummer (2014, p.17) indica que se tratando de cultura policial militar, esta se evidencia a partir “da institucionalização de uma série de condutas. Essa hexis corporal é particularizada pelas maneiras de falar, pensar e agir evocadas e também pelos significados dados ao fardamento”. Nesse contexto cultural, para os policiais com mais tempo de serviço as formas de registros do BPChq são habitualmente encaradas como “necessários” e “parte de sua cultura”. Sobre os registros artesanais, em especial o Livro do Oficial de Dia:

“Eu acho que a burocracia é necessária dentro da polícia! Antes eu não entendia isso. Não entendia o porquê tínhamos que preencher o livro com tudo que se passa no batalhão, mas fica ai, a mão, se a gente precisar saber de qualquer coisa tá lá anotado. [...] na polícia sempre foi assim, e acho que é assim que funciona”. (POLICIAL OFICIAL PETER)

Embora alguns policiais partilhem da opinião do policial oficial Peter sobre a necessidade de burocracia para instituição, há a parcela de policiais com menos tempo de serviço, que atribuem a burocracia como sendo a causa do acúmulo de trabalho devido a repetição de registros. Nesse sentido, o BAPM está no topo das reclamações no BPChq, já que se trata de uma novidade para esses policiais, que até 2016 não lidavam com o BAPM físico e digital. Sobre a questão, o policial oficial Ferdinand afirma que “[...] a forma como as coisas ainda são feitas nos sobrecarrega”, ao se referir as diversas formas de registros (físicos e digitais) do Batalhão.

A maior questão de embaraço e resistência do BAPM no BPChq é o fato de depois de ser preenchido a mão, precisa ser inserido na íntegra no Módulo BAPM. Com relação ao preenchimento do BAPM no SIGPOL, existe muita divergência de dados e informações devido à alimentação equivocada e falta de alimentação, respectivamente. É preciso salientar que o SIGPOL não permite edição, uma vez finalizado, não há como modificar nenhum campo, mas para garantir que não haja dados fornecidos de modo equivocado no Módulo BAPM, cursos de qualificação garantiriam aos operadores da ferramenta maior domínio sobre os campos e processos que envolvem a ferramenta, incluindo treinamentos para as ferramentas tecnológicas. O policial praça Charles afirma que “[...] o último curso do SIGPOL que teve, nem o P1 e nem o P2 estavam presentes. E o nosso serviço depende do deles”.

O esclarecimento quanto a real função do Módulo BAPM demonstra-se imprescindível, visto que o SIGPOL ainda gera certa desconfiança e resistência por parte dos policiais. O policial oficial Ferdinand acredita que “[...] pode ser o melhor sistema do mundo, mas se o policial não for capaz de operar não adianta!”. Logo, o ponto crucial está na informação, ou seja, na capacidade de se usufruir dos dados que são coletados, onde a tecnologia tem papel fundamental. Nesse sentido, a tecnização, informatização e globalização da sociedade tornam a informação trivial, a posicionando de forma privilegiada como fonte de valor, no sentido monetário, bem como de poder (TOFFLER, 1990). Segundo Weber:

Uma vez instaurada em sua plenitude, a burocracia constitui uma das estruturas sociais mais difíceis de destruir. A burocracia é o meio de transformar a “ação comunitária” em uma “ação societária” organizada racionalmente. Por isso, a burocracia, como instrumento de “socioetização” das relações de poder, foi e é um instrumento de poder de grande importância para quem controlar o aparelho burocrático. (1991, p.59)

No modelo burocrático, a organização não funciona sem a hierarquia, e se vale dela para minimizar os conflitos existentes no ambiente laboral (WEBER, 1991), em contrapartida, a rígida hierarquização de autoridade delega o poder de decisão a quem está em categoria mais elevada, independentemente de seu conhecimento sobre o assunto, e funciona como sinal de autoridade, que quando em excesso evidencia disfunção no aparelho burocrático (MERTON, 1970). Para a realidade do BAPM, com sua hierarquia bem definida assim como a delegação de tarefas, o BAPM deve ser preenchido ao término de cada ação pelo policial oficial responsável pela guarnição, que devido a sua patente, provavelmente, tem a qualificação necessária para tal procedimento, que segundo Weber (1996, p.231) “a atividade burocrática pressupõe um treinamento especializado e a plena capacidade de trabalho do funcionário”. Na contramão dessa qualificação, ocorre que na prática, o policial oficial apenas assina o documento, que fica a cargo de um policial praça designado para preenche-lo após o turno, na melhor das hipóteses, já que há relatos que tem BAPM entregue com meses de atraso.

Dessa situação, comumente ocorre do auxiliar do P2 recolher os BAPMs para armazenar e alimentar o SIGPOL, e as informações estarem incompletas e/ou ilegíveis, o que igualmente prejudica a alimentação do sistema, posto que os campos “obrigatórios” do SIGPOL não permitem que se prossiga sem preenchimento, nesse sentido é preciso destacar que há pouca ou nenhuma preocupação com a caligrafia no BAPM, situação que obriga o auxiliar do P2 a recorrer a outros registros do BPChq, primeiramente para saber quem estava de serviço naquele turno, depois saber que policiais foram destacados para Radiopatrulhamento, quem era o policial oficial da viatura, e assim deduzir que policial praça possivelmente preencheu o BAPM, para finalmente entrar em contato com o mesmo a fim de sanar erros e/ou dúvidas. Sobre a

questão, o policial praça Matthew destaca que “[...] não dá pra saber quem preenche”. A respeito do registro a partir do BAPM o policial oficial James afirma: “[...] Nós trabalhamos duas vezes! Além do documento físico, a gente ainda tem que alimentar o sistema”, demonstrando a insatisfação a respeito da implementação da ferramenta.

Os policiais praças e oficiais do BPChq associam as dificuldades no preenchimento do BAPM ao modelo que este possui, nas palavras do policial praça Jonah o modelo do BAPM é um “[...] fator complicador, um modelo complexo e com solicitações de informações desnecessárias”, o policial oficial Andrew salienta “[...] pra ser sincero, muitos policiais não sabem tipificar o crime”. As falas demonstram como a coleta de dados, e posteriormente a alimentação do BAPM no SIGPOL é extremamente burocrática, e se enquadra no que Tenório (1981) acredita ser parte da contradição que há nesse modelo, que nesse caso já é parte da cultura institucional da polícia. A policial praça Mary comenta que “[...] a polícia tem uma cultura da burocracia!”, no sentido pejorativo ao qual a palavra burocracia está comumente associada.

Nesse sentido, é interessante analisar a fala do policial oficial James, com relação a alimentação do SIGPOL, quando questionado sobre a finalidade deste: “O pior é que os comandantes, e isso vale pra qualquer Batalhão, não estão nem ai pro SIGPOL. Eles querem ver o relatório físico. Então pra que a gente precisa alimentar esse sistema?”. E durante a observação notou-se que na prática o questionamento do policial oficial fundamenta-se na ação dos comandantes, não apenas do BPChq, que confiam mais nos relatórios confeccionados a partir de seus registros artesanais dos provenientes do Módulo BAPM do SIGPOL. A situação reforça os registros artesanais em detrimento dos digitais. Esse movimento para Merton (1970) se encaixa no que o autor chama de “resistência a mudanças” que provem temor relacionado a perda de poder ou espaço.

O policial oficial John corrobora essa hipótese: “[...] a maioria dos policiais não prioriza a alimentação do SIGPOL porque não confia do sistema. Todo mundo sabe que é falho.” A exemplo disso, nas Figuras 03 e 04 é possível constatar que o acesso aos relatórios gerados pelo SIGPOL a respeito do BAPM não se completa, ou seja, não é possível ter acesso a esses relatórios, mesmo com permissão de acesso.

Figura 3 – Janela de pesquisa do SIGPOL

The screenshot shows a web browser window with the URL <https://sigpol.pm.pa.gov.br/?controle=imprimerelatorio&procura=bapm>. A modal window titled "impressão de relatório" is open. It contains the following fields:

- Título do Relatório:** BAPM COM QUANTITATIVO DA NATUREZA DOS FATOS
- OPM:** A dropdown menu with options: bpot, BPCHOQ, BPCHOQUE.
- município:** An empty text input field.
- data e hora de início(obrigatorio):** An empty text input field.

At the bottom of the modal, there is a yellow warning box that says "* Campos devem ser preenchidos obrigatoriamente". Below the warning are two buttons: "Imprimir" and "Baixar XLS".

Fonte: SIGPOL

Figura 4 – Janela de pesquisa de BAPM no SIGPOL

The screenshot shows the same web browser window as Figure 3. The modal window "impressão de relatório" is now displaying the header of the generated report. The header includes the logo of the Government of Pará, the text "Governo do Estado do Pará", "Polícia Militar do Pará", and "Sistema Integrado de Gestão Policial". The main title of the report is "BAPM COM QUANTITATIVO DA NATUREZA DOS FATOS". There is an "Imprimir" button in the top right corner of the modal.

Fonte: SIGPOL

O policial praça Jonah afirma nunca ter visto um relatório estatístico gerado pelo SIGPOL, e menciona que “[...] um colega tentou fazer essa busca e disse que pra conseguir essa informação gastava quase uma hora carregando o relatório”. Nas palavras do policial oficial Ferdinand:

Ninguém leva a sério os números relativos ao BAPM no SIGPOL! O SIGPOL não apresenta a eficiência proposta, quando se refere a BAPM ele não nos dá rápido acesso as informações solicitadas pelos relatórios. Os próprios relatórios são escusos ao nosso conhecimento, não sabemos ao certo quais formulas devemos aplicar, no caso quais palavras buscar, para obter as informações desejadas. Apesar do CITEL informar que existem muitas fórmulas que nos dê informações quantitativas e estatísticas referentes a polícia, não temos acesso a essas formulas, temos que pesquisar e ir na sorte.

Já o policial oficial James diz “compreender” o propósito do SIGPOL, mas destaca: “é um sistema que deveria ajudar o nosso trabalho “o intuito dele é muito bom. Só que infelizmente não funciona pra gente!”. Ressalta-se, que claramente havia um tom de inconformidade nas falas de alguns comandantes com relação a TI no BPChq, gerado a partir da desconfiança das informações digitais, Merton (1970) associa isso como tendência de “conformidade à rotina” no modelo burocrático, causada pelo acomodamento do funcionário na estabilidade naquilo que faz, que lhe proporciona uma certa sensação de segurança no ambiente de trabalho.

Trazendo para o âmbito da Segurança Pública, Pereira et al. (2006) aponta que nas organizações militares há uma certa tendência a “não aceitar”, por exemplo, a inserção e novas tecnologia na atividade laboral, devido a receios atrelados à possíveis mudanças nas estruturas de poder que as tecnologias podem culminar, uma vez que nas organizações militares o reforçamento da identidade se dá por simbologias, rituais, mitos, histórias, heróis, entre outros, fazendo com que seja uma cultura compartilhada entre seus membros, e assim fatalmente dificultando a inserção de TI, que requer mudanças nos processos culturais e nas relações de poder. Sobre isso Pinheiro (2016, p.47) menciona que:

[...] apesar das novas tecnologias inseridas na Polícia Militar do Estado do Pará como o SIGPOL facilitando a organização e acesso da informação, é um processo gradativo de evolução tecnológica que tende a se aperfeiçoar, para isto a instituição tem investido, mesmo que lentamente, em capacitação de pessoal de maneira que o uso do sistema passe a ter maior aproveitamento nos quartéis de todo o Estado, principalmente no gerenciamento da informação tanto na inserção como na recuperação dos dados dos policiais militares.

É interessante notar, que embora haja alguma desconfiança na tecnologia relacionada ao controle e da sobrecarga de trabalho que a TI têm acarretado para a PMPA, o policial oficial James acredita que a tecnologia possa ser aliada nos registros, tal como deve ser, desde que o “fator humano” (leia-se: recurso humano) seja minimizado com a inserção de recursos tecnológicos. O policial oficial James acredita que:

[...] o humano esquece, ele deixa de citar alguma coisa que seria importante, ou ele não faz o enquadramento adequado de acordo com a ocorrência que ele atendeu, então essas são todas as variáveis que vão prejudicando a coleta dos dados. Então eu sugeriria uma coleta de dados com um sistema automatizado, podendo ser feito através de tablet ou computador de bordo na viatura. E hoje, como a gente tá numa situação onde a Segurança Pública vivencia uma complexidade muito grande e a troca de informações é muito grande, eu penso que a melhor forma de coletar esses dados seria através de smartphone. Nesse sentido seria interessante desenvolver um aplicativo que pudesse ser instalado em qualquer celular. Onde ali haveria o BAPM de uma forma mais automatizada, seria algo do tipo que o policial atendesse uma ocorrência e no ato do atendimento da ocorrência, no término da ocorrência o BAPM já te fornecia um questionário padronizado que iria direcionar para a coleta dos dados. [...] Eu penso que isso iria minimizar muito a quebra da coleta dos dados. (POLICIAL OFICIAL JAMES)

Os policiais também citam que as constantes atualizações no SIGPOL dificultam seu manuseio, haja vista que esses policiais se dizem prejudicados por não conseguirem acompanhar as mudanças periódicas do sistema. Alguns policiais afirmam que quando conseguem aprender a manusear a ferramenta o sistema é atualizado e é preciso aprender outra vez. Merton (1970) aponta que a ausência de inovação e conformidade às rotinas é bastante frequente em determinados segmentos da administração pública, principalmente aqueles onde há rotinas de trabalho padronizadas e formalizadas, há um demasiado conformismo com as atividades e métodos de trabalho vigentes, por isso desconsideram a necessidade de mudanças nesse contexto. A respeito da dificuldade que os policiais mais antigos têm com relação a tecnologia na Polícia o policial oficial James acredita que “[...] talvez a nova geração que tá aí possa conseguir utilizar melhor a tecnologia dentro da Polícia. Aposto muito na renovação periódica! A molecada que tá entrando aí, eles tem mais intimidade com essa coisa da tecnologia. Quem já tá mais velho, nem sempre tá disposto a aprender”.

A TI aliada a administração não é novidade, porém existem algumas dificuldades ao serem implementadas, em especial, nos setores militares. A burocracia institucional com suas contradições (TENÓRIO, 1981), corrompeu o potencial das novas tecnologias em um SI. Na PMPA, o intuito do Módulo BAPM é possibilitar a elaboração de relatórios para análise e estudos, facilitar o cruzamento de dados e gerar conhecimento, produzindo relatórios estatísticos para nortear o emprego operacional dos recursos, de igual modo deveria facilitar a alimentação do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal da Secretaria Nacional de Segurança Pública (PARÁ, 2015). O BAPM também é capaz gerar indicadores de produtividade da PMPA:

Por toda a importância que tem esse instrumento, sobretudo no que diz respeito a produzir conhecimento sobre a prática de atender as pessoas e exibir a sociedade, não somente os números, mas principalmente os resultados desses atendimentos realizados. (PARÁ, 2015, p.3)

No inverso da lógica de maximizar a produção de BAPM para melhorar a percepção da realidade, nortear a gestão, e indicar produtividade, a policial praça Mary afirma que os comandos “[...] não “incentivam” a gente a preencher o BAPM. Pois não estamos inclusos nas gratificações do PREC. Se fizessem isso, queria ver se não choveria BAPM.” Nota-se na fala, que a policial justifica o desinteresse bastante disseminado na corporação pelo BAPM, mesmo antes do SIGPOL, é associado a questão de falta de incentivo monetário, e denota a pouca importância associada ao objeto final dessa coleta de dados. Igualmente, os dados referentes ao BAPM não são contemplados nos relatórios produzidos pelo P2, sob justificativa de não fazer parte de “suas atribuições enquanto Missões Especiais”, e até o término da pesquisa ainda não constavam detalhes como: tipo de crimes, locais de maior incidência, gênero e faixa etária das vítimas e criminosos, elementos fundamentais para uma gestão pautada na informação.

Durante as conversas com os policiais, também surgiram relatos sobre falsificação de BAPM, sob justificativa de cumprir meta diária, ou seja, mostrar produtividade, no entanto, esses episódios foram associados a experiências em outros Batalhões, o fato é que falsos dados comprometem os relatórios gerados por esse sistema. Evidenciando uma das principais dificuldades para inserção da TI na administração da Polícia, posto que a alimentação do SI deve ser de qualidade, para assim gerar bases de dados para estatísticas criminais baseados em informação correta, é o fato de que o funcionário da burocracia se acostuma com a rotina do trabalho, e ao ser apresentado a mudanças, que alterem sua rotina pré-estabelecida, tende a repeli-la.

Para Lima (2005) a estatística é imprescindível para a modernidade e, portanto, deveriam ocupar o papel relevante que tem nas estratégias de controle social. Senra (2000) destaca que é preciso compreender não somente o que vem a ser a estatística, mas quem oferece e como esse processo é realizado, para que desse modo seja viável discutir o “possível” em contraponto ao “desejável”. Tanto Senra (1998) como Foucault (2010) afirmam que as estatísticas são instrumentos de saber capazes de gerar poder, e servem ao Estado como instrumento. Foucault (2010) vai além, e afirma que há uma emergência política estatística, já que esta acabou se tornando um dos maiores instrumentos da nova racionalidade governamental.

O SIGPOL, que é um sistema que permite criar e gerenciar a base de dados da PMPA, o Módulo BAPM possibilita a geração de informações variadas sobre os atendimentos feitos

pela Polícia Militar. Tendo como função criar relatórios para análise e estudos, além de propiciar o cruzamento dos dados gerando conhecimento (PARÁ, 2015), para que o gerenciamento das ações da PMPA possa ser, em tese, pautado nos indicadores obtidos a partir da alimentação do SIGPOL.

As bases de informações são na prática os SI que constituem um conjunto de componentes inter-relacionados que visam em conjunto auxiliar a gestão pública na tomada de decisão, ou seja, a tecnologia não pode obter resultados significativos sem todos os elementos estarem em sincronia. Já que para as estatísticas assistirem bem um SI é necessário que o banco de dados seja de qualidade e cumpra sua função que é de armazenar e transmitir dados para pessoas que estejam aptas a interpretá-los e transformá-los em informação útil (SENRA, 1998; 2000). Sobre a questão, Lima (2005, p.185) constata que o Brasil “não conseguiu avançar na montagem de um ciclo de produção e utilização de estatísticas criminais; não conseguiu coordenar politicamente o ciclo de informações sobre justiça e segurança pública.”

Seguindo a lógica da importância do dado e informação de qualidade para as estatísticas, o potencial contido no Módulo BAPM do SIGPOL é inegável, gerando possibilidades de gestão informacional baseada em um SI integrado. A fragilidade dessa base de dados da PM está na cultura institucional burocrática que apresenta disfunções, tornando seu SI pouco eficiente e eficaz, indo na contramão na implementação de TI para beneficia-lo. Posto isto, a percepção dos policiais com relação a esse sistema é reveladora, e mais, é trivial para que as dificuldades na implementação de TI no BPChq sejam discutidas e compreendidas.

O policial oficial James acredita que algumas estratégias poderiam ser implementadas para facilitar a alimentação do Módulo BAPM, “[...] poderia ter um aplicativo pra facilitar o preenchimento do BAPM. Com certeza isso otimizaria o serviço!”. A fala denota que a questão da dificuldade da implementação não esteja somente na tecnologia, nas disfunções burocráticas que corrompem seu intuito de beneficiar e facilitar o trabalho policial (gestão, administrativo e operacional). Vale salientar, mesmo com as perceptíveis adversidades cotidianas advindos da burocracia, a forma como o policial praça Bernard diz lidar com os problemas enfrentados com a TI no BPChq, “[...] aqui a gente faz o que tem que fazer. Dá-se um jeito. Missão dada é missão cumprida!”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de qualquer ambiente que haja administração se faz necessário o empenho em busca de novas alternativas que tragam benefícios organizacionais, e na modernidade essas alternativas são encontradas nas novas tecnologias. Entre uma gestão voltada para informação e aliada a TI, está o SI, que visa eficiência e eficácia, igualmente o modelo burocrático de administração anseia a máxima eficiência, porém, algumas de suas características podem revelar-se como disfunções burocráticas, as avessas do objetivo pretendido.

Os resultados da pesquisa, a partir da análise da implementação do Módulo BAPM do SIGPOL, apontaram algumas das disfunções observadas no SI no P2 do BPChq, manifestadas, principalmente, quanto a resistência a qualquer movimento que possa causar perturbação na ordem vigente, ausência de inovação devido ao comodismo, excesso de formalismo com uma cultura embasada em documentos formais preenchidos de modo artesanal, hierarquia com certo grau de obrigações e privilégios velados, ausência de inovação e conformidade às rotinas.

O modelo burocrático baseado na racionalidade, pretensamente, deveria favorecer o trabalho administrativo do BPChq e com isso beneficiar a gestão. Porém, como foi possível demonstrar, as disfunções encontradas devido a implementação do Módulo BAPM perpassam por todo o SI, extrapolando as atribuições do P2 de armazenamento do BAPM físico e alimentação do BAPM digital, uma vez que as contradições no modelo burocrático iniciam com a coleta de dados durante as ações, dificuldade de preenchimento do documento, passando pelos registros repetitivos, complexidade para gerar a numeração, precariedade em estrutura de SI, pouca capacitação dos operadores, desinteresse de aprendizado da ferramenta, e resistência à inserção de TI na atividade laboral.

Conclui-se que cultura burocrática absorveu e corrompeu a intenção do Módulo BAPM, de potencializar resultados positivos no SI do BPChq (unir o banco de dados das polícias, melhorar a fluidez e acesso aos dados, e propiciar relatórios estatísticos interessantes aos gestores e também a sociedade), ao recair nas disfunções desse modelo gestacional. Destarte, foi possível identificar com a pesquisa que como as contradições existentes na burocracia do BPChq dificultam a inserção das novas tecnologias da informação na PMPA, em especial o Módulo BAPM do SIGPOL, e com isso compromete a gestão de conhecimento (emprego operacional e indicador de produtividade) na PMPA.

REFERÊNCIAS

- BEATO FILHO, Cláudio. Produção, uso de informações e diagnósticos em segurança urbana. In: A análise criminal e o planejamento operacional. PINTO, Andréia Soares; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes (Org). Rio de Janeiro: Coleção Instituto de Segurança Pública. Série Análise Criminal, v. 1, n.1, 2008.
- CARVALHO, Gilda Maria Rocha de; TAVARES, Marica da Silva. Informação & conhecimento: uma abordagem organizacional. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2010.
- KLIKSBERG, B. Redesenho do estado para o desenvolvimento sócio-econômico e a mudança: uma agenda estratégica para a discussão. Revista de Administração Pública, v. 28, n. 3, jul./set. 1994.
- LAUDON, K. C., LAUDON, J. P. Sistemas de Informação: com internet. Trad. Dalton Conde de Alencar. 4. ed., Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- LIMA, Renato Sérgio de. Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Tese (Tese de Doutorado)
- MAIA, Francisco Sérgio Nobre; PINTO, Maria Lima. Disfunções burocráticas em Gestão de Pessoas. Brasília, 2007.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração. Edição compacta. São Paulo: Atlas S.A., 2008.
- _____. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 2000.
- MERTON, Robert K. Sociologia: Teoria e Estrutura. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MOTTA, Fernando C. Prestes e VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria Geral de Administração. 3 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- NUMMER, Fernanda Valli. Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar. 2 ed. Niterói: EdUFF, 2014.
- PARÁ. Aditamento ao BG N° 104 de 10 jun de 2015. Assuntos Gerias e Administrativos: Boletim de Atendimento Policial Militar – manual de preenchimento. Belém, 2015.
- PEREIRA, Maria Cecília; SANTOS, Antônio Claret dos; BRITO, Mozar José de. Tecnologia da Informação, cultura e poder na Polícia Militar: uma análise interpretativa. Cadernos

EBAPE.BR, FVG, Rio de Janeiro, v.4, n.1, mar. 2006. Available from: <www.ebape.fgv.br/cadernosebape>

PINHEIRO, Kilson Leonez. O Sistema Integrado de Gestão Policial - SIGPOL: o banco de dados da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 2016. (Trabalho de Conclusão de Curso)

SENRA, Nelson de Castro. A coordenação da estatística nacional: o equilíbrio entre o desejável e o possível. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1998. (Tese de Doutorado)

_____. Informação estatística: demanda e oferta, uma questão de ordem. Revista de Ciência da Informação, [online], (1)3 jun., 2000. Available from: www.dgzero.org ou www.dgz.org.br.

SROUR, Robert Henry. Poder, cultura e ética nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Weber e a burocracia. Brasília, Escola Nacional de Administração Pública ENAP, Revista do Serviço Público. v.109, n.4, p. 79–89, out./dez., 1981. Available from: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/2328/1225>>.

TOFFLER, Alvin. Powershift. Rio de Janeiro: Record, 1990.

WEBER, Max. O que é burocracia? Brasília: CFA, 1991.

_____. Teoria Geral das Normas. Porto Alegre: Fabris, 1996

CAPÍTULO 3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão das discussões e dados apresentados nesta dissertação, ficou evidente que os profissionais de instituições militares apresentam dificuldade de lidar com mudanças, portanto, a inserção de TI na atividade laboral dos policiais do BPChq acarretou resistências de diversas ordens, como foi possível identificar com a pesquisa, já que tradicionalmente a administração pública está pautada na burocracia, que dentro da Polícia Militar essa burocracia torna-se mais evidente devido a hierarquia e disciplina, que engessam alguns processos e procedimentos nessa instituição.

No BPChq, sua cultura institucional não lidava com novas tecnologias até o SIGPOL, o que gerou dificuldades após a implementação da TI na dinâmica do SI, principalmente com o Módulo BAPM. No entanto, a falta de modernização tecnológica das instituições policiais não está relacionada apenas a cultura institucional, como foi observado com a pesquisa, mas também a carência de recursos (humanos, materiais e lógicos) nesse setor. Em meio a esse cenário, foi possível atestar que o BPChq tem buscado corresponder, ainda que de forma parcial, a demanda da cultura da informação impulsionada pelas novas tecnologias.

O estudo indicou que as nuances da implementação do Módulo BAPM, como expressão de TI e cultura da informação na PMPA, se dão em dois principais aspectos, o estrutural (recursos disponíveis, como os dados são coletados, como se dá a alimentação do sistema, como as informações são produzidas na ferramenta, entre outros), e o cultural (resistência a novas tecnologias, contradições na implementação da ferramenta, e disfunções no modelo burocrático).

Nesse sentido, pôde-se contatar que no BPChq, a transição para a cultura da informação aliada a TI se torna mais complexa devido à pouca familiaridade dos policiais do Batalhão com os processos que envolvem o Módulo BAPM, igualmente devido aos recursos de estrutura (humano, material e lógico) de SI serem ainda pouco adequados para executar plenamente o que a ferramenta demanda, já que no P2 há apenas 01 (um) *desktop* para atender toda a demanda da unidade (correcional, estatística e inteligência), a internet possui pouco alcance e não permite a alimentação frequente do Módulo BAPM, e só há um policial encarregado de alimentar o sistema. É preciso frisar que para que a cultura da informação seja geradora de informações de qualidade, todos os elementos integrantes do SI devem ser satisfatórios, e nesse sentido, a pesquisa identificou que os recursos materiais e lógicos da unidade são escassos e até

“precários” em alguns aspectos, semelhantemente os recursos humanos requerem qualificação para TI e o Módulo BAPM, já que observou-se que poucos policiais dominam a TI – sofisticada ou não -, e que os cursos de capacitação para o BAPM e SIGPOL são escassos, e quando ofertados não contemplam a totalidade dos profissionais. Os elementos citados se mostram como fatores que obstaculizam o processo de implementação do Módulo BAPM nessa unidade.

Os resultados também apontam que as contradições existentes no objetivo da ferramenta, de beneficiar o SI em prol de eficácia e eficiência, devem-se, em parte, pela resistência a inserção de novas tecnologias, que gerou problema tanto na coleta de dados, com os policiais preenchendo o BAPM físico de forma incompleta, ilegível, entrega com atraso, etc., o que compromete a alimentação do BAPM digital. Concluindo-se, portanto, que o objetivo dessa ferramenta tecnológica não cumpre efetivamente seu objetivo devido aos problemas estruturais em seu Sistema de Informação e a dificuldade da do estabelecimento de uma cultura da informação diante da forte cultura institucional que possui.

Foi possível notar que o Módulo BAPM repercutiu de formas diferentes entre os policiais do BPChq, variando de acordo com a atuação de cada um dentro do SI. Para os policiais praças, na prática responsáveis pelo preenchimento do BAPM físico, as dificuldades mais citadas foram a quantidade de campos “desnecessários”, demanda grande de tempo para preencher e a duplicata de registro. Com relação aos policiais oficiais, há pouca confiabilidade nas informações oriundas do Módulo BAPM, já que para esses comandantes na prática o sistema não funciona. Os dois grupos concordam que aumento na produção de BAPM trouxe acúmulo de funções, porque mantiveram seus registros artesanais e ainda precisavam novamente registrar os dados no BAPM (físico e digital), esse cenário denota a dificuldade na transição para a cultura da informação, aliada a TI, nesse Batalhão.

A pesquisa permitiu verificar também, com ênfase nos elementos da burocracia observados no Módulo BAPM, que existem disfunções burocráticas nesse modelo, que impactam diretamente seu SI e, por conseguinte a atividade policial ligada ao mesmo. Sendo possível identificar que fatores como resistência a qualquer movimento que possa causar perturbação na ordem vigente, ausência de inovação devido ao comodismo, excesso de formalismo com uma cultura embasada em documentos formais preenchidos de modo artesanal, hierarquia com certo grau de obrigações e privilégios velados, e ausência de inovação e conformidade às rotinas, somado a limitação que o sistema apresenta, se se mostram elementos contraditórios ao propósito de pretensão com a ferramenta, e assim corrompem o potencial do Módulo BAPM no SI do Batalhão.

Como foi possível demonstrar, as disfunções encontradas devido a implementação do Módulo BAPM perpassam por todo o SI, extrapolando as atribuições do P2 (armazenamento do BAPM físico e alimentação do BAPM digital), uma vez que as contradições no modelo burocrático iniciam com a coleta de dados durante as ações, passam pela dificuldade no preenchimento do documento, pelos registros repetitivos da unidade, complexidade para gerar a numeração, precariedade em estrutura de SI, pouca capacitação dos operadores, desinteresse de aprendizado da ferramenta, e resistência as inserção de TI na atividade laboral.

Sendo possível dizer que a cultura burocrática absorveu e corrompeu a intenção do Módulo BAPM, de potencializar resultados positivos no SI do BPChq (unir o banco de dados das polícias, melhorar a fluidez e acesso aos dados, e propiciar relatórios estatísticos interessados aos gestores e também a sociedade), ao recair nas disfunções desse modelo gestacional. Já que se constatou que a cultura burocrática a qual a PM se assenta, exhibe em suas características algumas contradições, sendo a principal a racionalidade desse modelo, por pretensamente fornecer máxima eficiência gestacional, visto que no BPChq a ampliação da racionalidade tem comprometido a eficiência na administração, ao torná-la lenta, confusa, incompleta e até inviável, devido a quantidade de demandas e processos frente aos recursos (humano, material e lógico) existentes.

Destaca-se que o fato dos policiais administrativos da PMPA adentrarem na instituição por meio de concurso voltado para a atividade fim da PM, ou seja, o policiamento ostensivo, pode ser apontado como colaborador para que parte significativa dos policiais encarregados da rotina administrativa do P2 do BPChq não possuam/possuíssem habilidades com os processos que envolvem administração, igualmente possuam/possuíssem conhecimento insuficiente sobre TI, tronando-se mais um elemento que obstaculiza a implementação do Módulo BAPM nessa unidade.

É importante ressaltar que na Segurança Pública do Pará, o SIGPOL é o responsável por fornecer relatórios estatísticos para nortear a gestão da PM, e a gestão orientada por estatísticas relacionadas a criminalidade comprovadamente acarreta benefícios tanto para as instituições integrantes desse setor, como para a sociedade. Visto que o planejamento de ações pautados em informações previamente trabalhadas, geram conhecimentos que podem e devem ser utilizados pelos gestores em prol da Polícia Militar e da Segurança Pública de um modo geral. Para que as estatísticas criminais ocupem o lugar que deveriam dentro das instituições policiais, como é o BPChq, é necessário que a implementação da TI seja disseminada, e que seu objetivo seja melhor esclarecido entre os policiais. Já que a pesquisa demonstrou que o SIGPOL, e

especialmente o Módulo BAPM, é encarado, por grande parte dos policiais, como mais um processo burocrático da instituição, ao invés de ser compreendido como fonte de saber e poder.

Considera-se que a escolha da metodologia qualitativa, a partir de estudo de caso, permitiu que os objetivos propostos fossem alcançados satisfatoriamente, pois conseguiu descrever, discutir e analisar como se deu a implementação do Módulo BAPM do SIGPOL no BPChq, outrossim, a hipótese da pesquisa pode ser comprovada com base nos resultados apresentados. Isto posto, o propósito da dissertação foi alcançado, e crê-se que os resultados deste estudo são satisfatórios ao que se propôs, bem como pode ser utilizado como subsídio para mitigar os problemas elencados sobre a repercussão do Módulo BAPM no SI da PMPA, em especial do BPChq. Com isso estima-se que a transição para uma cultura da informação aliada a TI seja concretizada com todos os benefícios que esta visa proporcionar a gestão eficiente e eficaz, em prol da Segurança Pública.

4.1.1 Proposta de Intervenção Pública

4.1.1.1 – Título da Proposta

Gestão do conhecimento no Batalhão de Polícia de Choque

4.1.1.2 – Objetivos da Proposta

Por considerar que esta dissertação possui resultados importantes relacionados a repercussão do Módulo BAPM do SIGPOL, a mesma pode ser aproveitada pelo Poder Público como subsídio para estratégias de enfrentamento dos problemas elencados pelo estudo. Sendo assim, segue algumas sugestões de intervenção pública consideradas necessárias para melhorar a gestão do conhecimento na PMPA:

- 1) Reestruturar o Sistema de Informação nas seções da PMPA, no sentido de melhorar a capacitação do recurso humano no P2 e garantir que a permanência permita conhecer os processos do SI, investir em TI para otimizar os recursos materiais e recursos lógicos, simplificar os processos que envolvem o SI (evitando duplicada de registro, registros desnecessários, armazenamento, alimentação de sistema, entre outros), para assim alcançar eficiência e eficácia dentro dos sistemas utilizados para coleta, armazenamento e fluxo de dados.

- 2) Estabelecer parceria com instituições público-privadas na área tecnológica, objetivando aprimorar o SIGPOL e sistemas afins, bem como fornecer capacitação aos responsáveis pela operação/suporte de TI (integrantes do CITEL) da PMPA, para assim aprimorar os processos que envolvem tecnologia e otimizar o tempo para resolução de problemas na área, e garantir que esses profissionais sejam qualificados para transmitir seu conhecimento aos usuários do sistema;
- 3) Criar uma seção específica para alimentação do SIGPOL dentro de cada unidade, a fim de concentrar os profissionais habilitados para essa função, bem como não dividir o foco com outras tarefas.
- 4) Priorizar Políticas Públicas que visem investimento em TI na PMPA, para assim adequar os ambientes administrativos para atender a cultura da informação gestacional;
- 5) Fornecer, com mais constância e qualidade, cursos de qualificação para os profissionais envolvidos no SI da PMPA, principalmente para os que compõem o quadro administrativo;
- 6) Selecionar mais criteriosamente os profissionais para atuar no trabalho administrativo aproveitando suas aptidões e conhecimentos na área;
- 7) Desenvolver propostas pedagógicas sobre TI na PMPA;
- 8) Desenvolver ações motivacionais e informacionais sobre a importância da coleta, armazenamento e fluxo de dados para gestão da PM. Bem como promover palestras que despertem nos policiais entendimento sobre a importância operacional e social do BAPM;
- 9) Gerar instrumentos de monitoramento e avaliação do desempenho profissional dos policiais envolvidos do SI da PMPA;
- 10) Elaborar estratégias para aprimorar os processos do SI aliados a TI na PMPA;
- 11) Adequar o BAPM aos recursos tecnológicos disponíveis, para melhorar a alimentação do Módulo BAPM e, por conseguinte do SIGPOL. Assim os relatórios estatísticos

serão mais fáceis de inserir no sistema, mais rápidos para acesso, e mais fieis a realidade.

- 12) Explorar melhor o potencial contido do SIGPOL, especialmente no que tange as estatísticas criminais e gestão do conhecimento, e assim contribuir fornecer mais dados para alimentar a base de dados do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

4.1.1.3 – Órgão com possibilidade de execução da proposta

A Polícia Militar do Pará (PMPA) é o órgão que pode executar a referida proposta, dado que é responsável pelo direcionamento dos recursos da instituição e pela elaboração dos cursos de capacitação de seus profissionais.

4.1.1.4- Possíveis Resultados

A partir da execução dos objetivos elencados espera-se que: a gestão do conhecimento na PMPA seja realmente beneficiada pela TI, e consiga alcançar a eficiência e eficácia pretendida com o SIGPOL, em especial com Módulo BAPM. De modo que o programa seja melhor aproveitado dentro da instituição, e para que seu potencial sirva devidamente a gestão da PMPA, de maneira que a cultura da informação seja efetivada nessa instituição.

4.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Ainda que essa pesquisa tenha alcançado seu objetivo, e com isso respondido ao seu problema, ainda há outras vertentes relacionadas a temática que merecem destaque, isso se deve a complexidade que o trabalho policial e toda a cultura institucional envolvida tem por si só, e quando se acrescenta a isso as novas tecnologias, diversas possibilidades podem ser vislumbradas. Portanto, elenca-se alguns fatores que permeiam a temática desse estudo e que podem/devem ser melhor investigados dentro da Polícia Militar do Estado do Pará a respeito do movimento de inserção de Tecnologia da Informação como basilar da gestão em prol de maior eficiência e eficácia:

- 1) Elaborar estudo sobre a fidedignidade das informações provenientes do SIGPOL.
- 2) Desenvolver pesquisa a respeito da inserção do BPChq no Rádiopatrulhamento e a repercussão que essa iniciativa gerou.

- 3) Realizar de pesquisa a respeito da capacitação ofertada aos policiais sobre as tecnologias implementadas na PMPA.
- 4) Produzir pesquisa acerca do perfil dos profissionais designados para o trabalho administrativo na PMPA.
- 5) Realizar estudo a respeito dos benefícios gestacionais reais que a implementação do SIGPOL trouxe para a PMPA.
- 6) Promover investigação sobre a subutilização do SIGPOL, em especial do Módulo BAPM pela Polícia paraense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 1

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneiro, 2001.

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de. **Uso das estatísticas criminais e planejamento das atividades policiais: um estudo sobre a percepção dos profissionais de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. 2012. 262 f. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2012.

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de; RICCIO, Vicente; RUEDIGER, Marco Aurélio. A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p.9-21, jan./abr., 2011.

AKTOUF, O. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, J.-F. (Org.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1993.

BATISTA, Carmem Lúcia. Informação pública: controle, segredo e direito de acesso. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n.26, p. 204-222, jul. 2012.

BEATO FILHO, Cláudio. Informação e desempenho policial. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, n.7, p.117-150, jun. 2001.

_____. Produção, uso de informações e diagnósticos em segurança urbana. In: **A análise criminal e o planejamento operacional**. PINTO, Andréia Soares; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes (Org). Rio de Janeiro: Coleção Instituto de Segurança Pública. Série Análise Criminal, v. 1, 2008.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARAES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz; ABREU, Sérgio Roberto de. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *Perspec.* [online], São Paulo, v. 18, n.1, p.119-131, 2004. Disponível em: <

http://srvweb.uece.br/labvida/dmdocuments/a_transicao_de_uma_policia_de_controle.pdf
Acesso em: 23 dez. 2016.

BRITO, Daniel Chaves de; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. (Org). Policiamento e Cidadania: as ambivalências políticas da racionalidade parcial do sistema de Segurança Pública no Brasil. In: **Na periferia do policiamento: Direitos Humanos, violência e práticas policiais**. Belém: Paka-Tatu, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mônica S Monteiro; ASSUNÇÃO, Renato M; DURANTE, Marcelo Ottoni. Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação. **Saúde Pública**, Minas Gerais, 2003. Disponível em: <www.fsp.usp.br/rsp> Acesso em: 21 jul. 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2011.

FLEURY, M. T. L. Cultura organizacional – os modismos, as pesquisas, as intervenções – uma discussão metodológica. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, XII, 1988, Natal. Natal: ANPAD, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. v. 4. Forense Universitária, 2006.

GRANGER, G. G. Modèles qualitatifs, modèles quantitatifs dans la connaissance scientifique. In: HOULE, G. (Org). **Sociologie et Sociétés**. v. 29, n° 1. Montréal: Les Presses de L'Université de Montréal, p. 07-15, 1982.

KARAM, Norton Meidel; GRUBER, Vilson; MARCELINO, Roderval; LUNARD, Giovani Mendonça. Laudo Digital: a quebra de paradigmas. In: SPANHOL, Fernando J.; LUNARD, Giongavi L.; SOUZA, Marcio Vieira de. (Org.). **Tecnologias da Informação e Comunicação na Segurança Pública e Direitos Humanos**. v.2. São Paulo: Blucher, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

LAUDON, K. C., LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação: com internet**. Trad. Dalton Conde de Alencar. 4. ed., Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. Atlas, 2000.

MANNING, Peter K. As tecnologias de informação e a polícia. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). **Policiamento moderno**. Tradução Jacy Cardia Ghirotti. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MARCHAND, D. A cultura da informação de cada empresa. **Gazeta Mercantil**, v. 1. n.10, p.6-9, out 1997.

MERTON, Robert K. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, n.9, 239-262, jul./set., 1993.

MUSUMECI, Leonarda. Estatísticas de segurança: para que serve e como usá-las. In: RAMOS, S; PAIVA, A. (Org.) **Mídia e Violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

OLIVEIRA, Joel Souza de; GRUBER, Vilson; MARCELINO, Roderval; LUNARD, Giovani Mendonça. As Tecnologias da Informação e Comunicação na gestão administrativa e operacional da Segurança Pública. In: SPANHOL, Fernando J.; LUNARD, Giogavi L.; SOUZA, Marcio Vieira de. (Org.). **Tecnologias da Informação e Comunicação na Segurança Pública e Direitos Humanos**. São Paulo: Blucher, 2016.

OLIVEIRA NETO, Sandoval Bitemcourt. Quando mais é menos: crítica aos indicadores de desempenho da Segurança Pública de Estado do Pará. In: BRITO, Daniel Chaves; BARP, Wilson José (Org.). **Violência e controle social**: reflexões sobre Políticas de Segurança Pública. Belém: UNAMA/UFPA, 2005.

PARÁ. **Aditamento ao BG Nº 104 de 10 jun de 2015**. Assuntos Gerias e Administrativos: Boletim de Atendimento Policial Militar – manual de preenchimento. Belém, 2015a.

PARÁ. **Aditamento ao BG Nº 232 de 26 dez de 2012**. Instrução Normativa Administrativa Nº 001/2012 – DP/PMPA que define procedimentos e responsabilidades inerentes à utilização do módulo pessoal no SIGPOL. Belém, 2012.

PARÁ, Polícia Militar do. **Considerações sobre o uso do Sistema Integrado de Gestão Policial (SIGPOL): considerações sobre o Sistema de Rastreamento e Monitoramento de Viaturas Policiais (RASTRO)**. II Jornada Administrativa da Polícia Militar do Pará, ca. 2015b.

PAULA, Giovani de. **Atividade de Inteligência de Segurança Pública**: um modelo de conhecimento aplicável aos processos decisórios para a Prevenção e Segurança no Trânsito. 2013. 293p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

PEREIRA, Maria Cecília; SANTOS, Antônio Claret dos; BRITO, Mozar José de. **Tecnologia da Informação, cultura e poder na Polícia Militar**: uma análise interpretativa. **Cadernos EBAPE.BR, FVG**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, mar. 2006. Disponível em: <www.ebape.fgv.br/cadernosebape> Acesso em: 10 dez. 2016.

PINHEIRO, Kilson Leonez. **O Sistema Integrado de Gestão Policial - SIGPOL**: o banco de dados da Polícia Militar do Estado do Pará. 2016. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, 2016.

QUEIROZ, Robson Franco de. A burocracia na sociologia compreensiva de Max Weber. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v.4, n.1, 2004, p.52-62.

SANTOS, Márcio de Alcântara; ANJOS, Melquisedeque Cerqueira dos. ANDRADE, Rubenilton Matos. **A eficiência e eficácia do uso da Tecnologia da Informação na Polícia Militar da Bahia na integração dos processos de coleta, armazenamento, disseminação e**

uso das informações. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2009.

SENRA, Nelson de Castro. Governamentalidade: a invenção política das estatísticas. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, jan./jun, 1998, p.88-95.

_____. Informação estatística: demanda e oferta, uma questão de ordem. **Revista de Ciência da Informação**, v. 3, n. 1. jun., 2000. Disponível em: www.dgzero.org ou www.dgz.org.br. Acesso em 14 de setembro de 2017. Acesso em 14 de setembro de 2017.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. **Tecnologia, Testemunhas e Investigação: novas dinâmicas do trabalho policial**. 1.ed. Belém: Paka-Tatu, 2016.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Weber e a burocracia. Brasília. **Revista do Serviço Público**, v. 109, n. 4, p. 79–89, out./dez., 1981. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/2328/1225>. Acesso em 26 de janeiro de 2017.

VALENTIM, M. P. (Org.) **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da ciência da informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.

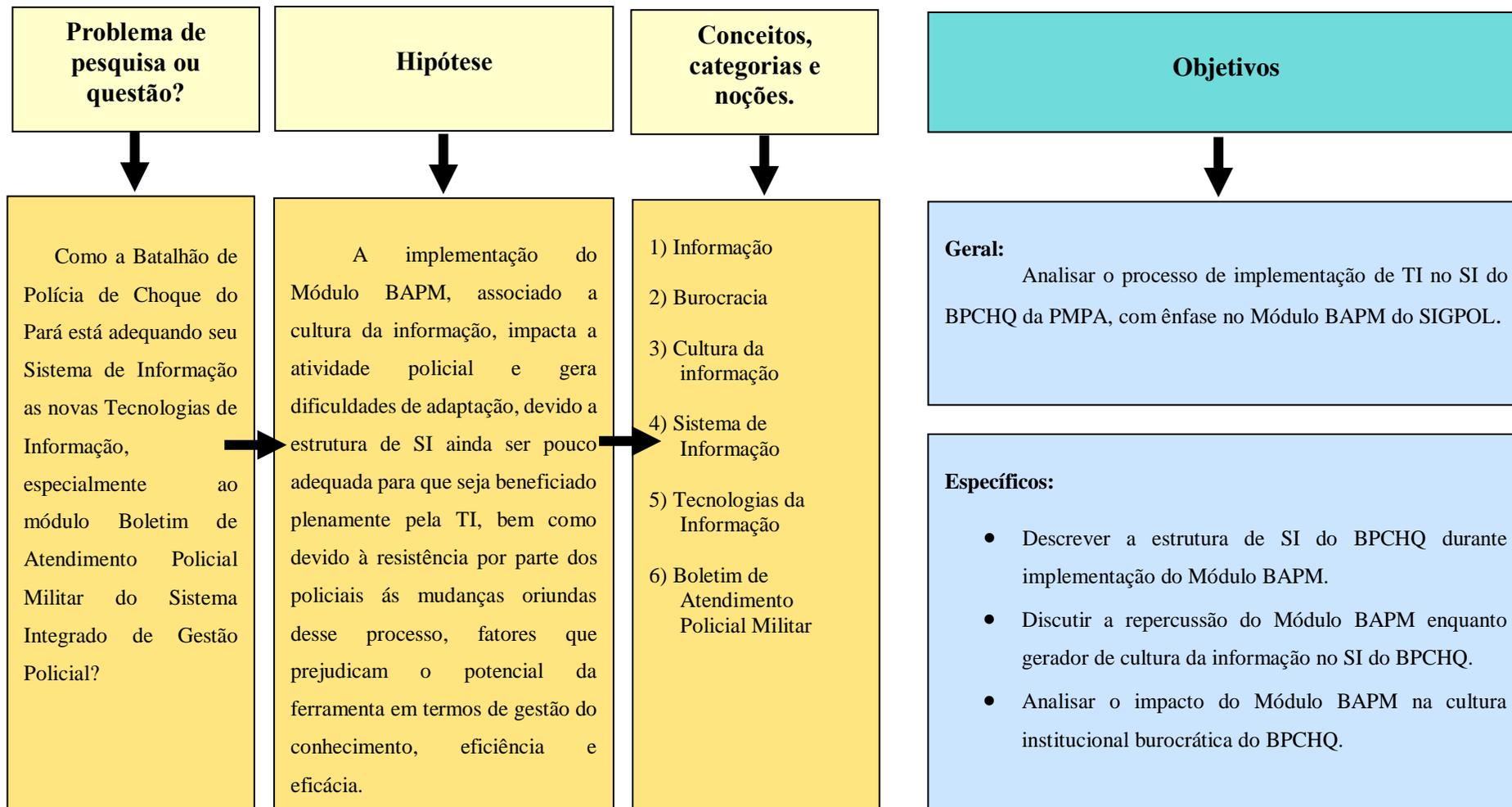
WEBER, Max. **O que é burocracia?** Brasília: CFA, 1991.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Trad. Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Título: **POLÍCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: um estudo sobre a Segurança Pública a partir do Batalhão de Polícia de Choque**



ANEXOS

ANEXO A

BOLETIM DE OCORRÊNCIA DA PMPA



Polícia Militar do Pará

Missão Nº

BOPM Nº

Do Acionamento da Ocorrência

Início: ___/___/___

Hora: ___:___

 Ato Preventivo PMPA CIOP Instituição Cidadão

Nº registro: _____ Identificação: _____

Do Fato

Data de Início: ___/___/___

Hora: ___:___

Descrição: _____

Endereço: _____

Perímetro: _____

Município/Distrito: _____ Bairro: _____

Visibilidade: Bem Iluminada Mal Iluminada Não IluminadaTempo: Bom Nublado Chuvoso Neblina

Da Ação Policial

 Averiguação Advertência Prisão Apreensão

Data de Início: ___/___/___ Hora: ___:___

Guarnições envolvidas: Apoio Condução Missão nº: _____
 Apoio Condução Missão nº: _____

Dos Acusados

Nome: _____ RG: _____

Sexo (M/F): ___ Raça/cor: ___ Situação: ___ Integridade: ___ NASC. ___/___/___ Fone: _____

End: _____ Bairro: _____

Nome: _____ RG: _____

Sexo (M/F): ___ Raça/cor: ___ Situação: ___ Integridade: ___ NASC. ___/___/___ Fone: _____

End: _____ Bairro: _____

Nome: _____ RG: _____

Sexo (M/F): ___ Raça/cor: ___ Situação: ___ Integridade: ___ NASC. ___/___/___ Fone: _____

End: _____ Bairro: _____

Raça/cor: 1-branca. 2-Negra. 3-parda. 4-amarela. 5-indígena. 6-não informada.

Situação: 1- Prisão Flagrante. 2- Prisão Judicial. 3- Prisão de Foragidos. 4- Nenhum dos itens anteriores.

Integridade: 1- normal, 2- Lesionado, 3- Lesionado pela Polícia, 4- morto, 5- morto em confronto c/ a Polícia.

Das Testemunhas

Nome: _____ RG: _____ Fone: _____

End: _____ Bairro: _____

Nome: _____ RG: _____ Fone: _____

End: _____ Bairro: _____

000001



Polícia Militar do Pará

000001

Via do Cidadão

Ação policial: Averiguação Advertência Prisão Apreensão

Descrição do fato: _____

_____ (PA), _____ de _____ de _____

Nome: _____ RG: _____

Assinatura do Conductor da ocorrência

Das Vítimas

Nome: _____ RG: _____
 Sexo (M/F): ____ Raça/cor: ____ Integridade: ____ NASC. ____/____/____ Fone: _____
 End: _____ Bairro: _____
 Nome: _____ RG: _____
 Sexo (M/F): ____ Raça/cor: ____ Integridade: ____ NASC. ____/____/____ Fone: _____
 End: _____ Bairro: _____
 Nome: _____ RG: _____
 Sexo (M/F): ____ Raça/cor: ____ Integridade: ____ NASC. ____/____/____ Fone: _____
 End: _____ Bairro: _____

Raça/cor: 1-branca. 2-Negra. 3-parda. 4-amarela. 5-indígena. 6-não informada.
 Integridade: 1- normal, 2- Lesionado, 3- morto.

Das Apreensões

Coisa	Descrição	Qtde

Da Apresentação
 Polícia Civil Polícia Federal

Unidade: _____ Nº registro: _____
 Enquadramento: _____
 Nome: _____ Função: _____
 Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Assinatura: _____

Das Providências de outros Órgãos

Órgão: _____ Detalhamento: _____

 Órgão: _____ Detalhamento: _____

Das Informações Complementares

Do Término da Ação

Data: ____/____/____ Hora: ____:____

 Assinatura do Conductor da ocorrência

ANEXO B

04/01/2018

Submissões

CAPA SOBRE ACESSO CADASTRO PESQUISA ATUAL ANTERIORES

Capa > Sobre a revista > **Submissões**

Submissões

- » [Submissões Online](#)
- » [Diretrizes para Autores](#)
- » [Declaração de Direito Autoral](#)
- » [Política de Privacidade](#)

Submissões Online

Já possui um login/senha de acesso à revista Revista Brasileira de Segurança Pública?
[ACESSO](#)

Não tem login/senha?
[ACESSE A PÁGINA DE CADASTRO](#)

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

Diretrizes para Autores

As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo, obedecendo aos seguintes critérios:

Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ título da obra em negrito /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ n° da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /DOIS PONTOS/ nome da editora /VÍRGULA/ data /PONTO.

Artigo: sobrenome do autor, seguido do nome (como no item anterior) /PONTO/ título do artigo /PONTO/ nome do periódico em negrito /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /VÍRGULA/ data /VÍRGULA/ numeração das páginas /PONTO.

Capítulo: sobrenome do autor, seguido do nome (como nos itens anteriores) /PONTO/ título do capítulo /PONTO/ In /DOIS PONTOS/ sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ título da obra em negrito /PONTO/ local da publicação /DOIS PONTOS/ nome da editora /VÍRGULA/ data /PONTO.

Coletânea: sobrenome do organizador, seguido do nome (como nos itens anteriores) /PONTO/ título da coletânea em negrito /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ n° da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /DOIS PONTOS/ nome da editora /VÍRGULA/ data /PONTO.

Teses acadêmicas: sobrenome do autor, seguido do nome (como nos itens anteriores) /PONTO/ título da tese em negrito /PONTO/ número de páginas /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /TRAVERSÃO/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ data /PONTO.

Os critérios bibliográficos da Revista Brasileira de Segurança Pública tem por base a NBR 6023:2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Quadros e tabelas

A inclusão de quadros ou tabelas deverá seguir as seguintes orientações:

- a) Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo Excel ou similares separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.
- b) As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma-(Autor, data) ou (Autor, data, página).
- c) Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. O trabalho é inédito no Brasil e sua publicação não está pendente em outro local; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.

[Ajuda do sistema](#)**Usuário**

Login

Senha

Lembrar usuário

Conteúdo da revista

Pesquisa

Todos

[Procurar](#)
[Por Edição](#)
[Por Autor](#)
[Por título](#)

Tamanho de fonte**Informações**

[Para leitores](#)
[Para Autores](#)
[Para Bibliotecários](#)

04/01/2018

Submissões

3. O trabalho tem entre 20 e 45 mil caracteres com espaço, consideradas as notas de rodapé, espaços e referências bibliográficas.
4. O trabalho não contém qualquer forma de identificação do autor ao longo do texto, respeitando os princípios da avaliação por pares cega.
5. O texto segue os requisitos bibliográficos descritos em **Diretrizes para Autores**, na página Sobre a Revista.

Declaração de Direito Autoral**1. Declaração de Responsabilidade**

- Atesto que, se solicitado, fornecerei ou cooperarei na obtenção e fornecimento de dados sobre os quais o artigo está sendo baseado, para exame dos editores.

- Certifico que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo.

No caso de artigos com mais de seis autores a declaração deve especificar o(s) tipo(s) de participação de cada autor, conforme abaixo especificado:

- (1) Contribuí substancialmente para a concepção e planejamento do projeto, obtenção de dados ou análise e interpretação dos dados;
- (2) Contribuí significativamente na elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo;
- (3) Participei da aprovação da versão final do manuscrito.

2. Transferência de Direitos Autorais

- Declaro que em caso de aceitação do artigo, concordo que os direitos autorais a ele referentes se tornarão propriedade exclusiva da Revista Brasileira de Segurança Pública, vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e, se obtida, farei constar o devido agradecimento à Revista Brasileira de Segurança Pública.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados à Revista Brasileira de Segurança Pública serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Faça download das **Orientações para Submissão de Artigos**.

Apoio:

 Open Society Foundations  Ford Foundation

Iniciativa:

 Fórum Brasileiro de Segurança Pública

ANEXO C

04/01/2018

Submissões



CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL
ANTERIORES PPGS / UECE

Capa > Sobre a revista > **Submissões**

Submissões

- [Submissões Online](#)
- [Diretrizes para Autores](#)
- [Declaração de Direito Autoral](#)
- [Política de Privacidade](#)

Submissões Online

Já possui um login/senha de acesso à revista O público e o privado?
[ACESSO](#)

Não tem login/senha?
[ACESSE A PÁGINA DE CADASTRO](#)

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

Diretrizes para Autores

1. A Revista está estruturada em 4 seções: Editorial, Dossiê, Artigos, e Resenhas. O Editorial é de responsabilidade do editor e/ou organizador(es). Os textos do Dossiê e dos Artigos devem ser inéditos, resultado de pesquisas empíricas e/ou de estudos conceituais acerca de assunto da edição temática, relacionado ao campo das políticas públicas. Resenhas são textos concisos comentando publicações recentes de interesse de O Público e o privado.

2. Os originais devem ser submetido por meio do sistema on-line bem como enviados em arquivo eletrônico para o endereço opublicoeoprivado@gmail.com formatados em processadores de texto compatíveis com o sistema Windows ou Macintosh, identificando autores (nome completo, titulação), instituições a que pertencem, endereço para correspondência e endereço eletrônico.

3. A aprovação dos textos será efetuada mediante o exame do Conselho Editorial e de pareceristas ad hoc levando-se em conta a adequação à linha editorial da Revista, bem como o conteúdo e relevância das contribuições.

4. Os artigos publicados na Revista devem ser encaminhados com autorização dos respectivos autores, passando, após aprovação, a serem de propriedade da Revista, ficando proibida a reprodução total ou parcial, em qualquer meio de divulgação, sem a autorização prévia deste Periódico.

[OPEN JOURNAL SYSTEMS](#)

[Ajuda do sistema](#)

USUÁRIO

Logado como:
mayara_araujo

- [Meus periódicos](#)
- [Perfil](#)
- [Sair do sistema](#)

NOTIFICAÇÕES

- [Visualizar](#) (1 nova(s))
- [Gerenciar](#)

IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por título](#)
- [Outras revistas](#)

TAMANHO DE FONTE

INFORMAÇÕES

- [Para leitores](#)
- [Para Autores](#)

04/01/2018

Submissões

5. Conceitos e opiniões expressos nos diversos artigos, assim como exatidão, fonte das citações e revisão ortográfica, são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).
6. Questões éticas relativas a pesquisas com seres humanos, se for o caso, devem ser acompanhadas da informação de autorização do Comitê de Ética, conforme a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (MS) e de acordo com as diretrizes da Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial.

• [Para Bibliotecários](#)

Formato do artigo:

1. São aceitos textos em português, espanhol, inglês e francês. Textos em português, espanhol e francês devem apresentar títulos, resumos e palavras-chave na língua original e em inglês. Artigos em inglês devem conter títulos, resumos e palavras-chave na língua original e em português.
2. O artigo deve apresentar no máximo 40.000 caracteres (sem espaço), incluindo notas e referências, digitados em espaço 1/2, na fonte Times New Roman, corpo 12, margens de 2,5 cm, em processador Word ou em outro compatível.
3. O texto pode ser estruturado (não obrigatoriamente) observando-se as seguintes partes: Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão e Conclusões. Tais seções devem apresentar títulos e eventualmente subtítulos.
4. O título do artigo deve dar uma idéia precisa do conteúdo do trabalho e ser o mais curto possível.
5. O Resumo deve ser auto-contido, devendo resumir objetivos, métodos de pesquisa, orientação teórica, resultados e conclusões do trabalho, não excedendo o tamanho de 1.200 caracteres (sem espaço). O resumo deve ser seguido por uma lista de 2 a 5 palavras-chave, importantes para a indexação do artigo. O abstract deve ser uma versão em inglês do resumo em português, com o mesmo limite de tamanho, acompanhado de key words.
6. Devem ser evitadas linhas órfãs (linha única em um parágrafo ou no início ou fim de página). Para ênfase no corpo do texto deve ser utilizado, preferencialmente, o tipo itálico.
7. As Resenhas devem contemplar informes breves sobre livros publicados nos últimos 2 anos, em no máximo 2.500 caracteres (sem espaço).

Referências bibliográficas

- 1.Recomenda-se o sistema autor-ano para citações bibliográficas. As referências, listadas em folha separada ao final do texto, devem ser em ordem alfabética, por autor. Deverão conter nome do(s) autor(es), título, local (cidade) da publicação, editora e data, conforme os exemplos abaixo listados:
 - 1.1. Livro: FURTADO, Celso. A formação econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.
 - 1.2.Coletânea: CAROSO, Carlos (org.). Cultura, tecnologias em saúde e medicina: perspectiva antropológica. Salvador: EDUFBA, 2008.
 - 1.3. Artigo em coletânea: POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.
 - 1.4. Artigo em periódico: DUARTE, Luiz F. D. Pessoa e dor no Ocidente. Horizontes Antropológicos, Ano 4, n.9, outubro de 1998.
 - 1.5 Artigo em formato eletrônico: CARROLL, Lewis. Alice's Adventures in Wonderland [online]. Texinfo ed. 2.1. Dortmund, Germany: WindSpiel, Nov. 1994. [cited 10 February 1995]. Available from: <http://www.germany.eu.net/books/carroll/alice.html>. ISBN 0681006447.
 - 1.6. Tese acadêmica: DINIZ, Arthur J. A. Direito internacional público e o estado moderno. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 1975. (Tese de Doutorado).

Outros Elementos do Texto

1. Quadros, gráficos, tabelas, mapas e fotografias devem se integrar ao arquivo do texto, devendo estar em formato eletrônico, devidamente legendados. A legenda deve ser centralizada, numerada e deve conter, se necessário, referência imediata, fonte ou autoria. Aqueles elementos gráficos não incorporados ao texto em formato eletrônico não poderão ser processados e o artigo será devolvido a (os) seu(s) autor(es).
2. As legendas de quadros, gráficos, tabelas, mapas e fotografias devem obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
3. Deve ser inserida uma linha em branco entre o quadro, gráfico, tabela, mapa e fotografia e o texto precedente.
4. Não deve ser deixada uma tabela ou figura sozinha numa página onde ainda há espaço remanescente de pelo menos cinco linhas de texto.
5. Fontes matemáticas ou outras fontes diferentes das utilizadas nos estilos descritos acima deverão ser integradas ao texto e cópias dos arquivos dessas fontes deverão ser fornecidas juntamente com o arquivo do texto original.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
 2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
 3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
 4. O texto está em espaço 1/2; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
 5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na página Sobre a Revista.
 6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em [Assegurando a avaliação pelos pares cega](#) foram seguidas.
-

Declaração de Direito Autoral

Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

O público e o privado - Revista do PPG em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará - UECE